



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais – FADIR

THAMIRES RITER DE FARIA

A Participação dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964 no
Brasil: A Operação Brother Sam

Dourados - MS
2018

THAMIRES RITER DE FARIA

**A Participação dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964 no
Brasil: A Operação Brother Sam**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. João Nackle Urt.

**Dourados – MS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F224p Faria, Thamires Riter De

A participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964 no Brasil: A
Operação Brother Sam / Thamires Riter De Faria -- Dourados: UFGD, 2018.
93f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Nackle Urt

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e
Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Anticomunismo. 2. Regime militar. 3. América Latina. 4. Brother Sam. 5.
Brasil. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 05 de fevereiro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Thamires Ritter de Faria** tendo como título "A participação dos EUA no Golpe Militar de 1964 no Brasil: A operação Brother Sam".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. João Nackle Urt (orientador/a), Dra. Maria Gabriela Guillén Carías (examinador/a) e Dr. Fabrício Borges Carrijo (examinador/a).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Dr. João Nackle Urt
Orientador/a

Dra. Maria Gabriela Guillén Carías
Examinador/a

Dr. Fabrício Borges Carrijo
Examinador/a

*“Jurei mentiras e sigo sozinho, assumo os
pecados
Os ventos do norte não movem moinhos
E o que me resta é só um gemido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos
tortos,
Meu sangue latino, minha alma cativa
Rompi tratados, traí os ritos
Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos
tortos,
Meu sangue latino, minha alma cativa”*

Música “Sangue Latino”, composta por João Ricardo e Paulinho Mendonça e interpretada pela banda brasileira Secos e Molhados.

“A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ter Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória.”

Eduardo Galeano

Dedico à minha mãe, Neusa Riter Correia,
ao meu pai, Deusdeth de Faria,
e aos meus irmãos, Vinícius e Junior.

RESUMO

A Participação dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964 no Brasil:

A Operação Brother Sam

Na América Latina, o século XX foi marcado por regimes repressivos e totalitários. No Brasil, a tortura foi institucionalizada e garantiu um Estado constituído na ilegalidade durante o regime militar, que teve início em 31 de março de 1964. Nesse período, que também era de Guerra Fria, grupos conservadores brasileiros posicionaram-se junto aos Estados Unidos na luta contra o comunismo. Combater essa ideologia era, para os que o faziam, defender a democracia. Entretanto, foi através da justificativa de que o comunismo deveria ser combatido a qualquer custo que a instalação da ditadura militar foi permitida. Se em tese, a ditadura militar salvou o Brasil dos comunistas, na realidade ele garantiu a sobrevivência de vinte e um anos de um Estado ilegítimo, repressivo e violento, com o qual os Estados Unidos foram coniventes. Além de reconhecer o golpe depois de sua instalação, o país norte-americano também participou da conspiração que o desencadeou. O Plano de Contingência nº2-61, que traçava possíveis ações para o caso de “tentativa de mudança do caráter do regime brasileiro”, mais tarde originou a Operação Brother Sam, que fornecia suporte para os conspiradores brasileiros. Este trabalho analisa a Operação Brother Sam e a importância dela para a compreensão das relações internacionais entre a América Latina e os Estados Unidos durante o período de Guerra Fria. Esta análise foi feita através da leitura de documentos oficiais do governo estadunidense e de revisão bibliográfica. A metodologia utilizada possibilitou a compreensão de que o envolvimento dos EUA na conspiração que levou ao golpe de 1964 no Brasil se configura como um mecanismo de continuidade das relações imperiais e coloniais, por meio da negação do direito à autonomia dos povos subalternizados e da garantia dos interesses das classes dominantes internas e dos setores dominantes da nação capitalista da Guerra Fria: os Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: anticomunismo; regime militar; América Latina.

ABSTRACT

The United States' Participation in the 1964 Coup d'état in Brazil: Operation Brother Sam

In Latin America, the twentieth century was marked by repressive and totalitarian regimes. In Brazil, torture was institutionalized and ensured a state constituted in illegality during the military regime, which began on March 31, 1964. During this period, which was also the Cold War period, Brazilian conservative groups positioned themselves with the United States in the fight against communism. Fighting this ideology was, for those who did it, defending democracy. However, it was through the justification that communism should be combated at whatever cost that the establishment of the military dictatorship was allowed. If in theory the military regime saved Brazil from the communists, in reality it guaranteed the survival of twenty-one years of an illegitimate, repressive and violent state with which the United States was conniving. In addition to recognizing the coup after its installation, the north american country also participated in the conspiracy that triggered it. Contingency Plan No. 2-61, which outlined possible actions in the case of "attempt to change the disposition of the brazilian regime," later gave rise to Operation Brother Sam, who provided support to brazilian conspirators. This paper examines Operation Brother Sam and its importance to the understanding of international relations between Latin America and the United States during the Cold War period. This analysis was done through the reading of official documents of the US government and literature review. The methodology used allowed it to understand that the US involvement in the conspiracy, that led to the coup of 1964 in Brazil, is configured as a mechanism for the continuity of imperial and colonial relations, by denying the right to the autonomy of subalternized peoples and by guaranteeing the interests of the internal ruling classes and the dominant sectors of the capitalist nation of the Cold War: The United States.

KEYWORDS: anticommunism, military regime, Latin America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: 11

CAPÍTULO 1 – ABORDAGEM TEÓRICA: 14

- 1.1. Colonização, colonialismo, pós-colonialismo, neocolonialismo e colonialidade: **14**
- 1.2. Noções de Imperialismo: **18**
- 1.3. Democracia e Intervenção: **22**

CAPÍTULO 2 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS: 27

- 2.1. Política Externa dos EUA: **27**
 - 2.1.1. A conquista da Independência: **27**
 - 2.1.2. A missão divina dos Estados Unidos: o Destino Manifesto: **29**
 - 2.1.3. América para os Americanos: a Doutrina Monroe: **31**
 - 2.1.4. Estados Unidos e América Latina (1898-1918): **31**
 - 2.1.5. As duas Grandes Guerras, o Wilsonianismo, a Liga das Nações e a Política da Boa Vizinhança (1918-1945): **34**
 - 2.1.6. A Guerra Fria: da Confrontação à Coexistência (1947-1969): **38**
- 2.2. Relações Bilaterais Brasil- Estados Unidos (1945-1964): **41**
 - 2.2.1. Governo Dutra: **41**
 - 2.2.2. Segundo Governo Vargas e Governo Café Filho: **41**
 - 2.2.3. Governo Kubitschek: **43**
 - 2.2.4. Governo Jânio e Jango: **43**

CAPÍTULO 3 – DESESTABILIZAÇÃO E CONSPIRAÇÃO: 46

- 3.1. Anticomunismo no Brasil: **46**
- 3.2. Do Plano de Contingência para o Brasil à Operação Brother Sam: **56**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: 68

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 70

DOCUMENTOS CONSULTADOS: 74

ANEXOS: 76

- Anexo I: **76**
- Anexo II: **81**
- Anexo III: **82**
- Anexo IV: **83**
- Anexo V: **86**
- Anexo VI: **89**
- Anexo VII: **90**
- Anexo VIII: **92**
- Anexo IV: **93**

INTRODUÇÃO

A derrubada do presidente João Goulart em 31 de março de 1964 foi peculiar em relação aos outros golpes de Estado que a América Latina sofreu nas décadas de 60 e 70, pois Jango não apresentou resistência. Segundo Elio Gaspari (2004:96), isso ocorreu porque, devido a informações passadas por San Tiago Dantas, Jango estava ciente do envolvimento dos Estados Unidos na conspiração e concluiu que não teria chance alguma de permanecer no poder. Antes que ele tivesse deixado o Brasil, inclusive, os Estados Unidos já haviam reconhecido a legitimidade do novo governo brasileiro. No ano seguinte ao golpe, jornalistas e escritores como Edmar Morel (1965) já defendiam que o golpe não só teria sido apoiado pelos Estados Unidos, como também teria começado em Washington.

A teoria de Morel foi confirmada anos depois, em 1977, quando Phyllis R. Parker encontrou na Biblioteca de Lyndon B. Johnson em Austin, no Texas, documentos que comprovam a participação dos Estados Unidos na conspiração que culminou no golpe de 31 de março. Entre eles está o documento que elaborou um plano de contingência, isto é, linhas de ação para o caso de uma mudança no regime democrático brasileiro; além de documentos que comprovam a existência da “operação Brother Sam”, que ordenava o envio de uma tropa naval para apoio logístico aos conspiradores brasileiros.

Quando San Tiago Dantas informou Jango sobre a participação dos Estados Unidos na conspiração golpista que eles presenciavam, declarou que o Departamento de Estado estadunidense não sofria mais influências de John F. Kennedy e que não era impossível que o movimento golpista fosse apoiado pelo atual presidente dos EUA, Lyndon B. Johnson (GASPARI, 2004:97). Segundo Gaspari (2004), entretanto, Dantas estava enganado ao imaginar que Kennedy não teria qualquer coisa a ver com a conspiração. Os documentos que serão analisados adiante comprovam, inclusive, que a conspiração começou a ser planejada em 1962, quando ele ainda era presidente dos Estados Unidos.

A ditadura militar brasileira, que se iniciou a partir desse golpe de Estado, foi marcada, assim como a maioria dos regimes ditatoriais na América Latina, por uma forte repressão àqueles que tentassem se opor ao governo ou àqueles que propagassem ideais contrários aos defendidos por ele. Essas pessoas eram chamadas, pelos militares, de subversivas e entravam para a lista dos que deviam ser punidos. Muitos foram perseguidos, torturados e mortos e outros ainda estão desaparecidos. O combate ao comunismo, que no Brasil se deu principalmente

através da propaganda - muitas vezes financiada por órgãos estadunidenses -, foi um dos pretextos para desestabilizar o governo de Goulart e posteriormente legitimar o golpe.

Apoiar golpes contra a democracia tem sido uma postura comum por parte do país norte-americano, que apesar de se apresentar como grande defensor da democracia, não hesita em intervir em democracias alheias em nome de sua segurança nacional. Luciana Ballestrin (2013:202) considera que “a imposição da democracia através de intervenções externas, humanitárias e militares constitui um paradoxo prático (e moral pela sua legitimidade)”. Entretanto, apesar de alegar que o comunismo é antidemocrático e que combatê-lo é defender a democracia, os Estados Unidos reconheceram o golpe militar que deu origem a vinte e um anos de governo autoritário e repressivo no Brasil, que também recebeu apoio do país norte americano durante algum tempo.

Por meio da análise de documentos do governo estadunidense que tratam da Operação Brother Sam e também dos documentos que a planejaram, além da revisão bibliográfica, esta monografia pretende interpretar a participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964 no Brasil e a sua relevância para a compreensão das relações internacionais entre o país norte-americano e a América Latina durante o período da Guerra Fria.

Como bem escreveu Eduardo Galeano (1971),

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será. (GALEANO, 1971:9)

Para entender a América Latina hoje, é necessário olhar para o passado, entender as origens do continente. Da mesma forma, analisar o histórico da política externa estadunidense para compreender a participação do país na conspiração que desencadeou o golpe também se mostra necessário. Fraser (2001) considera que “analisar tanto os resquícios e as continuidades das relações coloniais e imperiais, quanto suas diferentes formas contemporâneas de reprodução, pode auxiliar a compreender os complexos níveis e escalas de injustiças estruturais, nos campos econômico e cultural.” (FRASER, 2001 apud BALLESTRIN, 2015:292).

Analisar as origens do golpe de 1964 e entender que ele surgiu não apenas a partir da vontade de grupos internos, mas que também sofreu influência externa, é entender que as injustiças e desigualdades sofridas pelo continente latino-americano, bem como a fragilidade democrática vivida em diversos períodos, são problemas com origens mais complexas, do que

o simples entendimento dos fatos como ele é apresentado. Esses problemas englobam uma estrutura internacional ainda hoje marcada pelo imperialismo e o colonialismo.

É por entender a importância de estudar a continuidade das relações imperiais e coloniais, as consequências dessas relações para os povos subalternizados e por desejar levar este entendimento ao maior número possível de pessoas que esta monografia foi escrita. Por isso, foram traçados alguns objetivos a serem seguidos ao longo do texto. Dentre eles estão: utilizar conceitos da teoria Pós-colonial das Relações Internacionais para entender os fatos e chegar a conclusões sobre os mesmos; apresentar o histórico da política externa estadunidense, buscando entender a origem de suas práticas intervencionistas e antidemocráticas; compreender a desestabilização do governo de Goulart e o anticomunismo no Brasil da década de 60; interpretar os documentos que deram origem à operação Brother Sam a fim de compreender o envolvimento dos Estados Unidos no Golpe de 1964.

O primeiro capítulo é constituído pela apresentação de um conjunto de conceitos através dos quais o trabalho foi desenvolvido. Nesse capítulo serão apresentados os conceitos escolhidos para desenvolver uma melhor compreensão do tema abordado. Inicialmente, serão apresentados conceitos como colonização, colonialismo, pós-colonialismo, neocolonialismo e colonialidade, através da abordagem de alguns autores como Marc Ferro, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, Kwame Nkrumah, Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Edgardo Lander. Na sequência, algumas noções de imperialismo serão abordadas através da análise de autores e autoras como Hanna Arendt, David Slater, Edward Said, David Harvey e Luciana Ballestrin. Por último, os termos democracia e intervenção serão desenvolvidos, através da visão de autores como Pablo Gonzáles Casanova, Florestan Fernandes, Barry Buzan, Javier Amadeo, Noam Chomsky e Ramon Grosfoguel.

O segundo capítulo é composto por duas partes: na primeira é feita uma análise da história da política externa estadunidense desde sua independência até a Guerra Fria; em seguida, é realizada uma breve análise das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o golpe de 1964. O terceiro e último capítulo também é composto por duas partes: a primeira apresenta o momento de desestabilização do governo de Goulart no que Rodrigo Patto Sá Motta chamou de “Segundo Grande Surto Anticomunista”; a segunda parte analisa os documentos que comprovam a participação dos EUA na conspiração e no apoio ao golpe. Por fim, nas considerações finais, as conclusões da autora desta monografia são apresentadas.

1. ABORDAGEM TEÓRICA

1.1. Colonização, colonialismo, pós-colonialismo, neocolonialismo e colonialidade

Colonização é a ocupação, exploração e dominação, por determinado povo, de áreas já habitadas por outros povos. Ao longo da história, ocorreram diversas colonizações, entretanto, a história mais contada pelo Ocidente é a história da colonização da América, realizada pelos povos europeus. Para Marc Ferro (1996), entretanto, a colonização não pode ser resumida ao olhar do Ocidente sobre ela. Isto é, é preciso entender que houveram outras colonizações além da colonização da América, mas que essas geralmente são chamadas pela cultura ocidental de “expansão territorial”. Os árabes, por exemplo, consideram que a primeira expressão do imperialismo europeu foram as Cruzadas. Enquanto isso, a tradição do Ocidente considera as Cruzadas como apenas uma tentativa de reconquistar a Terra Santa daqueles que a roubaram dos cristãos (FERRO, 1996:18-19).

Segundo o autor:

Não se deve iniciar a história da colonização com os Grandes Descobrimentos ultramarinos, ou seja, com a busca de um caminho para as Índias. Por certo, os descobrimentos deram nova dimensão ao fenômeno da colonização, e por vezes à sua natureza, mas o expansionismo lhe é anterior. (FERRO, 1996:19).

Ainda que, segundo Ferro (1996), colonizações possam ser datadas desde a Grécia e Roma antiga, para Enrique Dussel (1993), sua “empresa” em larga escala passou a servir aos interesses do capital e do Ocidente em um projeto global de modernidade apenas a partir da conquista da América, precisamente iniciada em 1492, inaugurando o sistema-mundo moderno/colonial.

Assim como Dussel (1993), outros autores defendem que a colonização exerceu um papel fundamental na formação do sistema-mundo moderno. Para estes autores, a Europa só se tornou centro porque imaginou a existência de uma periferia. Segundo Santiago Castro-Gómez (2005), “não há modernidade sem colonialismo e não há colonialismo sem modernidade porque a Europa só se tornou centro do sistema-mundo quando constituiu suas colônias ultramarinas como periferias.” (CASTRO-GÓMEZ, 2005:48, tradução nossa).

Ferro (1996) explorou o debate sobre a descolonização, que para ele, não está ligada aos processos de independência. Isto é, a independência de uma nação não implica no fim da

dominação de outras nações sobre ela. Para ele, a descolonização limitou-se a uma troca de soberania, a substituição de um poder político por outro. Ele afirma:

Se a colonização no sentido estrito da palavra realmente terminou com a derrota dos Franceses no Vietnã ou na Argélia, dos ingleses e dos holandeses na Índia e na Indonésia, a dominação ocidental sobreviveu de uma forma ou de outra aqui chamada de neocolonialismo, ali de imperialismo sem colonos. [...] esse fenômeno existia antes que os europeus perdessem suas possessões ultramarinas – era praticado pelos Estados Unidos, que souberam criar colônias sem bandeiras, na América Latina sobretudo, mesmo que para tanto tivesse que botar os seus marines aqui e acolá, em caso de “necessidade” [...] (FERRO, 1996:38).

Portanto, mesmo que as colônias tenham passado por processos de independência, é devido a sobrevivência do que Ferro (1996) chama de “dominação ocidental” que conceitos como colonialismo e neocolonialismo se mostram importantes para a discussão sobre as continuidades das relações imperiais e coloniais. O colonialismo pode ser entendido por práticas e políticas de dominação, exploração e ocupação empregadas pelo império nos territórios que tinha como colônia.

Alguns autores como Karl Marx viam o colonialismo como um efeito vinculado à consolidação do mercado mundial. De fato, o colonialismo surgiu dentro do contexto do capitalismo comercial e mercantil, sendo estruturado e apoiado pelos estados absolutistas europeus da idade moderna. Antes mesmo da era do imperialismo, a doutrina mercantilista e o interesse econômico visavam, segundo Ferro (1996) “associar o Estado aos empreendimentos ultramarinos para garantir o monopólio dos intercâmbios e o máximo de receitas em ouro e prata.” (FERRO, 1996:35).

Atualmente, o termo mais comumente utilizado para referir-se às novas políticas de dominação de uma nação sobre outra é o neocolonialismo, que está relacionado à segunda revolução industrial e ao capitalismo financeiro e monopolista. Para Kwame Nkrumah (1965), “a essência do neocolonialismo é que um estado que é teoricamente independente e dotado de todos os atributos da soberania tem, na realidade, sua política dirigida do exterior.” (NKRUMAH, 1965:9, tradução nossa).

O neocolonialismo é, portanto, um “aperfeiçoamento” do colonialismo e uma nova forma de nomear essas práticas, é a perpetuação da antiga dependência sobre outras formas e em benefício de novas burguesias e não podem ser associados apenas às práticas financeiras. Segundo Ballestrin (2013):

O sistema de ajuda e intervenções humanitárias, a ação das empresas multinacionais, o protagonismo de atores internacionais, privados, não eleitos e não *accountables*, a execução de determinadas agendas de uma suposta sociedade civil global, a

classificação mundial quali-quantitativa em rankings de democracia, desenvolvimento, segurança e direitos humanos, sugeriram para uma série de autores que no século XXI novos nomes foram dados para velhas tendências. (BALLESTRIN, 2013:193).

Em contraposição as continuidades das relações de dominação e exploração, o pós-colonialismo aparece como uma abordagem teórica, que surgiu para superar o conhecimento e o pensamento da corrente *mainstream*, ou seja, do pensamento europeu e estadunidense, e criar novos conhecimentos a partir do pensamento dos povos colonizados e subalternizados.

Para Sanjay Seth (2013), “o ‘pós’ na teoria pós-colonial não significa o período ou era ‘depois’ que o colonialismo chegou ao fim, mas ao contrário, significa o período histórico inteiro depois do início do colonialismo” (SETH, 2013:1). A conquista, o colonialismo e o império “não são uma nota de rodapé ou episódio em uma história maior, como aquela do capitalismo, modernidade ou expansão da sociedade internacional, mas são, ao contrário, uma parte central e constitutiva dessa história” (2013: 20).

Os primeiros autores latino-americanos a apresentar ideais pós-coloniais, mesmo que essa abordagem teórica ainda não existisse, já identificavam nos Estados Unidos pretensões imperiais em relação à América Latina. Francisco Bilbao, Simón Bolívar, José Maria Torre Caicedo, José Enrique Rodó e José Martí foram alguns desses autores. A Doutrina Monroe já existia quando escreveram suas principais obras, então a intenção de exercer influência e domínio sobre o sul continental já era clara, embora não fosse tão discutida.

A fim de contestar o pós-colonialismo debatido, em sua maioria, por autores do Norte Global, surgiu na década de 90 e na América Latina o grupo Modernidade/Colonialidade. Dentre as contribuições desse grupo para o debate pós-colonial, embora seus integrantes prefiram o termo “decolonial”, estão: o entendimento da colonialidade como face oculta da modernidade (MIGNOLO, 2017), a continuação do colonialismo através da colonialidade do ser (MIGNOLO, 2003), do saber (LANDER, 2005) e do poder (QUIJANO, 1997; MIGNOLO, 2010) e a denúncia ao “imperialismo” do pós-colonialismo (MIGNOLO, 1998).

A colonialidade, considerada pelos autores decoloniais como face oculta da modernidade, é o traço central inerente, inescapável, do novo padrão de poder produzido na América. Nela se funda sua globalidade (QUIJANO, 2005:21). Ela é a continuação do colonialismo por outros meios. Ballestrin (2017) sugere que a colonialidade deve ser entendida como um resultado da imperialidade, que será apresentado adiante. Como já mencionado, os autores do grupo Modernidade/Colonialidade preocuparam-se em estabelecer uma tripla

dimensão de colonialidade: a colonialidade do poder, do saber e do ser. Para Dussel (1995), na colonialidade:

Um define a própria cultura como superior e mais desenvolvida e a outra como inferior, grosseira, bárbara e imatura. Finalmente, o sofrimento das pessoas conquistadas e colonizadas aparece como um sacrifício necessário e inevitável preço da modernização. (DUSSEL. 1995:64)

Sobre o conceito de colonialidade do poder, Quijano (1992) afirma que:

A estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais, que posteriormente foram codificadas como “raciais”, étnicas, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os atores e as populações envolvidas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significado ahistórico, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Esta estrutura de poder foi e ainda é o marco dentro do qual operam as outras relações sociais [...] De fato, se olhamos as principais linhas de exploração e dominação social em escala global, as matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a grande maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das “raças”, dos “grupos étnicos”, das “nações” em que as populações colonizadas foram categorizadas, no processo de formação desse poder mundial, a partir da conquista da América em diante. (QUIJANO, 1992:12, tradução nossa)

Segundo Quijano (1992), a colonialidade do poder é produto da repressão de crenças, ideias, imagens, símbolos e conhecimentos que serviram para a dominação colonial global. A repressão se deu sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação e foi seguida pela imposição dos padrões dominantes do colonizador (QUIJANO, 1992:12).

Já a colonialidade do saber é a imposição de uma forma de pensar ao colonizado e a desconsideração de qualquer forma de pensamento que ele possa ter. Mignolo (2005) defende que o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não quer dizer que eles tenham inventado o pensamento em si. Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves,

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. (PORTO-GONÇALVES, 2005:3, in: LANDER, 2005:3)

Em complemento aos conceitos de colonialidade do saber e do poder, Mignolo buscou desenvolver o conceito de colonialidade do ser. Para ele,

A ‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos

são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser. (MIGNOLO, 2003: 633)

1.2. Noções de Imperialismo

O início do fenômeno imperial, sugerido no ano de 1492 por Dussel (1993) “constituiu pela primeira vez um sistema econômico globalmente interconectado, o sistema mundo moderno/colonial.” (QUIJANO E WALLERSTEN, 1992 apud BALLESTRIN 2017:513). Para ele, os europeus têm escrito a história universal, “diante desse povo, qualquer outro povo não tem direitos. Essa é a melhor definição não apenas de eurocentrismo, mas da sacralização do poder imperial do Norte e do centro sobre o Sul, a periferia, o velho mundo dependente e colonial.” (DUSSEL, 1995:25, tradução nossa).

Edward Said usou o termo imperialismo “para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante” e explicou que “o imperialismo [...] sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais.” (SAID, 2011:30). Para Alysson Leandro Mascaro, o imperialismo

Se caracteriza por uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente. A hierarquização é construída e mantida de modo material, por meio das relações sociais práticas e concretas de poder que articulam a economia, a política, a sociedade e a hegemonia tanto dos espaços dominantes quanto dos espaços dominados. Sua constante alimentação econômica é a tendência expansiva do capital, que, embora atrelado a formas políticas nacionais, não encontram nelas o seu limite. (MASCARO, 2003:101)

Hanna Arendt (1989) associou o imperialismo ao surgimento dos governos totalitários. Mas segundo ela, para realizar uma compreensão dos governos totalitários, além do antissemitismo, é imprescindível o entendimento do imperialismo e do racismo como ideologia de dominação.

A burguesia “emancipou-se politicamente através do imperialismo.” (ARENDDT, 1989:503), aproveitando-se dele para buscar novos mercados consumidores e não renunciar ao capitalismo. Arendt (1989) também discorreu sobre a ideia de raça enquanto instrumento de organização política e de dominação de povos estrangeiros. Para ela, o conceito de raça compõe a ideologia justificadora do imperialismo e torna possível organizar as “personalidades inatas” do romantismo alemão, definindo-as como membros de uma aristocracia natural destinada a dominar todos os outros povos. (Ibidem:266)

Assim, a raça e a mistura de raças são os fatores que determinam um indivíduo, criando as piores figuras da civilização ocidental, tanto aos moldes do conteúdo ideológico europeu, quanto na tentativa de justificar as práticas violentas e cruéis. Por fim, Arendt (1989) considera que o imperialismo funcionou como elemento de composição do totalitarismo por que seus alicerces fundados na raça e na burocracia serviram posteriormente ao totalitarismo.

Segundo Ferro (1996), o interesse econômico é um dos suportes e um dos motores essenciais do imperialismo, mas ainda segundo ele, os imperialismos dos séculos XIX e XX diferem das colonizações e conquistas e das dominações e expansões coloniais dos séculos anteriores pois,

Estavam, mais que os outros, ligados ao capital financeiro, e a colonização e a conquista não eram as únicas expressões de sua existência. É claro que a colonização e a conquista podem ser imperialistas; mas, no século XIX, e até a Primeira Guerra Mundial, o imperialismo dispõe de meios que podem se acomodar com a independência política. (FERRO, 1996:34)

Portanto, é preciso estabelecer uma diferenciação entre as novas formas de imperialismo e a dominação e expansão colonial dos séculos anteriores que eram imperialistas, mas partiam de uma relação entre colônia e império. O imperialismo que Ferro (1996) menciona, é o que ele chama de “imperialismo sem colonização” ou o “imperialismo sem bandeiras”, que traz a ideia de uma dominação por outros meios e ligada ao capital financeiro, sem que haja o estabelecimento de colônias.

A relação dos Estados Unidos com a América Latina é um exemplo desse imperialismo sem bandeiras. Como explicou Pecequillo (2002), os estadunidenses evitavam a formalização do seu domínio, que era exercido de maneira indireta, sem a incorporação de terras por motivos políticos, econômicos e estratégicos. “Tratava-se de garantir um espaço de projeção de poder, o acesso e o controle privilegiado de determinados mercados, sem os custos e as possibilidades de uma administração e presença direta.” (PECEQUILO, 2002:84).

David Harvey (2005) propôs duas características de análise para o que chama de “novo imperialismo”: a da lógica capitalista e a da lógica territorial de poder. Ele atribui a expansão do poder estadunidense ao que ele chama de “imperialismo capitalista”, que se caracteriza pela fusão entre a “política do Estado e do Império”, cujo poder se baseia no domínio territorial, com os “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo e ao domínio e uso do capital”. Por políticas do Estado, Harvey refere-se às estratégias políticas, diplomáticas e militares do Estado ou conjunto de Estados, e por império refere-se à forma pela qual os fluxos

de poder econômico atravessam e percorrem um espaço contínuo na direção de outros territórios.

Ellen Wood destacou o fato de os Estados Unidos serem “o primeiro império verdadeiramente capitalista do mundo”, e de exercer domínio não através da colonização direta de um povo ou conquista de um território, mas através dos mecanismos econômicos do capitalismo. A ideia de “imperialismo capitalista” marcou a especificidade do capitalismo (LENIN, 2012; WOOD, 2014 apud BALLESTRIN, 2017:506), mesmo que todas as fases do capitalismo possam ser consideradas imperialistas (MASCARO, 2013 apud BALLESTRIN, 2017: 506).

A hegemonia econômica e militar estadunidense, porém, foi construída e projetada mundialmente ao longo de todo o século XX, simbolizada na construção das Nações Unidas em 1948 e na queda do Muro de Berlim em 1989. O movimento de descolonização de 1960 é simbolicamente importante para o entendimento da transição dos imperialismos ocidentais: o continente “Europa” cedeu lugar para o “país” Estados Unidos. Em ambos os casos, a região que em 1856 foi batizada como “América Latina” pelo jornalista colombiano José María Torres Caicedo foi duplamente o primeiro grande laboratório da experiência colonial e imperial moderna: do colonialismo europeu do século XVI e do imperialismo estadunidense do século XX. (BALLESTRIN, 2017: 507)

Para Harvey, a afirmação do “novo imperialismo”, que ele considerou como uma “revisitação do antigo, em tempo e lugar distintos” (HARVEY, 2005:148), se dá não apenas por meio da forma de acumulação puramente econômica como uma opressão via capital, mas também pela “acumulação via espoliação” e pela “coerção consentida”. A acumulação por espoliação, como o próprio nome já diz, trata-se dos métodos violentos com que os Estados, em parceria com empresas privadas, buscam acumular capital.

Na acumulação por espoliação,

Os recursos e as riquezas das sociedades periféricas são continuamente extraídos para o benefício dos centros imperiais[...] esta relação não se restringe ao âmbito da economia política, invadindo multidimensionalmente as esferas política, cultural e psicológica. A violação da soberania em casos de transgressão do direito internacional dos países periféricos pode ser percebida como a negação do direito à autonomia e do direito de ser do outro das sociedades não ocidentais. (BALLESTRIN, 2017:523)

Para Arendt, a expansão ilimitada do imperialismo consiste em uma expansão por ela mesma, no uso da força pela força, da violência pela violência, nesse sentido, a expansão econômica é também expansão dos instrumentos de dominação e violência do Estado, da polícia e do exército (ARENDR, 1989:167).

Segundo Said (2011),

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento aliadas à dominação. (SAID, 2011:30)

Slater (2014) criou o conceito de imperialidade, em complemento às noções de imperialismo. Para o autor, a imperialidade é “um termo composto que evoca o direito, privilégio e sentimento do ser imperial ou a defesa das ideias de Império na qual se justifica a invasividade geopolítica de poder do Ocidente e, mais concretamente, dos Estados Unidos” (SLATER, 2014:52). Para Ballestrin (2017),

A imperialidade se refere a um direito, privilégio e sentimento de um ser imperial ou à defesa de um modo imperial de vida, no qual a invasão geopolítica do poder ocidental é legitimada ou desejada. Ela se reflete em um *ethos* imperial de cuidado percebido nas tentativas de levar progresso, civilização e democracia a outras sociedades com certa gratidão ou consentimento. Amparando-se na especificidade já assinalada por marxistas do poder imperial estadunidense, o autor destaca a abertura, o livre-mercado, as intervenções militares, a penetração de capital e a criação de bases militares, como algumas políticas imperiais que se diferem das formas coloniais tradicionais. Isso leva Slater a sugerir que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina são melhores captadas pela noção de imperialidade do poder do que pela de colonialidade do poder. (BALLESTRIN, 2017: 522)

Slater (2014) também destacou que o processo de dominação sobre sociedades imperializadas é visto como desejável e benéfico, já que sugere a adesão de valores ocidentais considerados superiores. Para ele, “o desejo de intervir, de penetrar em outra sociedade para ajudá-la a reordenar, reajustar, modernizar, desenvolver, civilizar, democratizar essa mesma sociedade é parte essencial de qualquer projeto imperial”. (SLATER, 2007:67 apud BALLESTRIN, 2017: 523)

Ballestrin (2017) compreende que a imperialidade é o impulso de expansão e o desejo de intervenção da mentalidade imperial e que a imperialidade cria a colonialidade (BALLESTRIN, 2017:525). “Se a colonialidade é a lógica do colonialismo, mesmo após o processo formal de descolonização, semelhante raciocínio não pode ser aplicado à imperialidade, como lógica transcendente do imperialismo?” (Ibidem:507). A autora sugeriu que da mesma forma que “o colonialismo pode ser compreendido como um resultado do imperialismo, a colonialidade deve ser compreendida como um resultado da Imperialidade, a lógica do imperialismo, na modernidade.” (Ibidem:520).

1.3. Democracia e intervenção

O conceito de democracia surgiu na Grécia. Por *demos* entende-se povo e por *kracia* entende-se governo. De forma simples, democracia quer dizer “governo do povo”. Entretanto, ainda em Atenas quando surgiu, mulheres, escravos e estrangeiros não tinham direito ao voto. Por ter surgido na Grécia, a democracia é um conceito europeu e o contexto de criação dos Estados europeus e latino-americanos é completamente diferente. Segundo Javier Amadeo (2010),

Foram os antidemocratas norte-americanos que ofereceram ao pensamento moderno sua definição, uma definição em que a dissolução do poder popular era um ingrediente fundamental; mais tarde, esta experiência se transformou em um legado universal. A experiência dos Estados Unidos fundou uma definição de democracia em que a transferência do poder para os “representantes do povo” constituiu a própria essência da democracia em si. Os norte-americanos podem receber o crédito pelo estabelecimento de uma ideia constitutiva essencial da democracia liberal: a identificação desta com a alienação do poder (AMADEO, 2010:75)

Segundo Ramon Grosfoguel, “passamos da caracterização de “povos sem escrita” do século XVI, para a dos “povos sem história” dos séculos XVIII e XIX, “povos sem desenvolvimento” do século XX e, mais recentemente, “povos sem democracia” do século XXI.” (GROSFOGUEL, 2008: 48). Seguindo essa lógica, mesmo que a ideia de democracia, concebida na Europa e propagada pelos Estados Unidos, seja frágil para responder os problemas latino-americanos, devemos nos contentar com ela, pois ela solucionou todos os problemas do primeiro mundo. Se não o fizermos, seremos considerados descivilizados.

Pensar a democracia na América Latina não é um processo simples e implica, segundo Amadeo (2010), pensar a própria constituição do continente,

Que teve consequências enormes para a construção da identidade latino-americana e desdobramentos políticos fundamentais para entender os limites democráticos de nosso continente [...] esta discussão pode ajudar a entender os limites estruturais da consolidação de um processo democrático em um continente onde a própria constituição da nação e do Estado aparecem como tarefas pendentes. (AMADEO, 2010:76)

Mignolo (2008) propôs a descolonização da democracia. Ou seja, ele propôs a compreensão de que o conceito de democracia conhecido pela América Latina e propagado pelo Ocidente, apesar de ser uma contribuição importante, é um conceito local e regional e não deve ser imposto à outras culturas. Para ele, interpretar a democracia começa por reconhecer o ideal de “justiça e igualdade” e por ter a noção de que, no Ocidente, tal ideal se concebeu e praticou pelo nome de “democracia”. Entretanto, os caminhos para chegar a democracia são

diversos. Assim, enquanto a dimensão imperial/colonial de democracia é universal, a dimensão decolonial de democracia é pluriversal.

O horizonte é um, mas os caminhos para alcançá-lo são variados, variadas línguas, variadas formas e interesses de conhecimento, variadas religiões, variadas subjetividades, variadas formas de sexualidade, etc. [...] é necessário desmontar a diferença colonial, tanto epistêmica, quanto ontológica; é preciso reconhecer que a contribuição do Ocidente para a democracia global é importante, mas também regional e local. (MIGNOLO, 2008:47, tradução nossa)

Os Estados Unidos buscaram, e buscam até hoje, impor sua ideia de democracia ao resto do mundo de diversas formas, a intervenção é uma delas. Entretanto, para garantir sua segurança sob possíveis ameaças, não hesitam em intervir em democracias alheias, mesmo que seu discurso pareça contraditório. Segundo Pablo González-Casanova (1989),

O termo democracia é extremamente ambíguo. Ele se presta a ser defendido pelas forças mais contrárias. Hoje, as próprias classes dominantes, os próprios centros de hegemonia imperialista, até mesmo grupos e indivíduos cujo comportamento se caracteriza pelo autoritarismo e pela repressão, falam da democracia. A contradição entre suas palavras e seu comportamento é óbvia, chocante. (GONZÁLEZ-CASANOVA, 1989: 100, tradução nossa)

Segundo Barry Buzan, segurança é sobrevivência, somente se pode falar de segurança quando um assunto é considerado ameaça real a um objeto (BUZAN, 1998:21). O discurso de segurança, segundo ele, apresenta a questão como ameaça à existência desse dado objeto. O próprio processo de securitização é construído através desse discurso (Ibidem:26), securitizar não é convencer, mas justificar. Buzan afirma que a natureza especial da ameaça justifica o uso de medidas extraordinárias a fim de lidar com a mesma. Assim, “a invocação da segurança tem sido a chave para legitimar o uso da força [...] pois ela tem servido como forma do Estado mobilizar ou invocar poderes especiais a fim de lidar com uma ameaça existente”. (Ibidem:21)

Foi esse discurso de segurança tratado por Buzan e a invocação da segurança sem necessidade de convencer, mas apenas de justificar, que fez da América Latina pátio para as ações intervencionistas e desenvolvimentistas dos Estados Unidos do século XIX em diante. Segundo Slater (2014), “o desejo de intervir, de penetrar em outra sociedade para ajudá-la a reordenar, reajustar, modernizar, desenvolver, civilizar, democratizar essa mesma sociedade é parte essencial de qualquer projeto imperial.” (SLATER, 2014 apud BALLESTRIN, 2017:523).

Desde sua independência, os Estados Unidos buscaram propagar seus ideais para o resto do mundo. Primeiro de forma singela e depois de forma mais agressiva e impositiva. Mignolo (2008) defende que reconhecer a contribuição que a civilização ocidental ofereceu ao mundo

com o conceito de democracia não significa que o Ocidente tenha o direito de impor ao resto do mundo sua forma de entender a democracia, nem esperar que o resto do mundo a aceite. Entretanto, isso não quer dizer, segundo ele, que os não ocidentais não tenham, por natureza, tendências à justiça e igualdade. “Quando o conceito de democracia se converte em um conceito para justificar expansões imperiais deixa então de ser democrático.” (MIGNOLO, 2008:43).

Ballestrin (2017:507) ressalta que a América Latina foi duplamente laboratório da experiência colonial e imperial moderna. A primeira, no século XVI, com a ocupação europeia do continente e a segunda, no século XX, com as intervenções dos Estados Unidos nas nações latino-americanas. Segundo a autora, ao longo deste século, a literatura hegemônica da política restringiu o que competiria à disciplina discutir e a democracia ser. Esta deveria ser pensada a partir de uma definição exclusivamente “política”, não sendo interessante a introdução de elementos externos que desconfigurassem a disciplina (BALLESTRIN, 2017a).

Isso significa que elementos históricos estruturais (como desigualdade e violência) ou mais conjunturais (como desemprego e analfabetismo) pouco afetaria a dinâmica e o funcionamento das democracias. Dessa perspectiva, as interpelações por uma definição mais social e substancial de democracia são vistas pejorativamente ou associadas ao *populismo*, entendido pelo senso-comum como simples demagogia. (BALLESTRIN, 2017a)

Se os estudiosos que se dedicam a entender o conceito de democracia não consideram elementos exógenos ao campo político como desigualdade, violência, analfabetismo para interpretar o conceito, então o entendimento destes estudiosos não servirá para explicar a democracia na América Latina, que está intrinsecamente ligado aos fatores estruturais e conjunturais.

O surgimento, a partir da crise de 1929 até meados do século XX, de governos chamados *populistas* no continente gerou descontentamento por parte de grupos conservadores acostumados com a ideia de uma democracia sem *demos*, que privilegiava as elites do continente e que pouco se importava com o povo. Entretanto, usar o termo populista de forma pejorativa, associando-o à demagogia parece contraditório, já que o mesmo consiste em uma maior aproximação com as massas, isto é, como o povo.

É claro que os governos populistas não devem ser vistos sempre como benfeitores. A tática de aproximação com a massa, característica desse tipo de governo, muitas vezes mascara atitudes prejudiciais e também são usadas por grupos conservadores. Muitos alegam que Jânio Quadros foi o maior representante do populismo de direita no Brasil. Hoje em dia a prática

ainda é usada para conquistar votos, principalmente por grupos fascistas que se disseminam através da internet e que estão em ascensão no Brasil.

A democracia latino-americana sempre esteve à mercê das instituições nacionais frágeis. Segundo Caio Navarro de Toledo (2004), desde o início da história republicana brasileira “o golpe contra as frágeis instituições se constituiu em ameaça permanente. Seu fantasma rondou, em especial, os governos democráticos no pós-46; com maior intensidade, a partir dos anos 60.” (TOLEDO, 2004:17). Essa não foi uma realidade apenas brasileira, mas de todo o continente latino-americano, principalmente a partir da década de 60.

Além da intenção de frear o comunismo, maior argumento utilizado pelos EUA, os rompimentos com a democracia na década de 60 na América Latina surgiram da fragilidade das instituições nacionais construídas segundo princípios europeus e estadunidenses e também da busca por impedir que a democracia fosse como deve ser: para todo o povo e não somente para um grupo específico.

Florestan Fernandes (1980) defende que:

O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada...que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político. (FERNANDES, 1980:113)

Segundo Toledo (2004), seria mais apropriado afirmar que:

1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. (TOLEDO, 2004:15)

Florestan (1980) também traz uma ideia muito importante para este trabalho, que é o conceito de capitalismo dependente. O autor considera que o regime de classe que se desenvolve em conexão com o capitalismo dependente possui uma dominação burguesa com dois polos. Um “interno, representado pelas classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder”; outro “externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas.” (FERNANDES, 1980:113).

Segundo Noam Chomsky (1999),

Um estudo do sistema interamericano, publicado pelo Instituto Real de Assuntos Internacionais, em Londres, concluiu que, enquanto os EUA falsamente louvam a democracia, seu compromisso verdadeiro é com a “empresa capitalista privada”. Quando os direitos dos investidores são ameaçados, a democracia tem de desaparecer;

se esses direitos são salvaguardados. assassinos e torturadores são bem-vindos. [...] o que os EUA querem é “estabilidade”, quer dizer, segurança para “as classes dominantes e liberdade para as empresas estrangeiras”. Se isso pode ser obtido com métodos democráticos formais, OK. Se não, a ameaça à “estabilidade” causada pelo bom exemplo tem de ser destruída, antes que o vírus infecte os outros. É por isso que, mesmo se a menor partícula causar tal perigo, ela tem de ser esmagada. (CHOMSKY, 1999:9-11)

A justificativa de que determinado país não atende às expectativas de democracia ou ainda de civilização, entretanto, parece suficiente para que os Estados Unidos se sintam no direito de intervir em sociedades alheias, como é o caso dos Estados Falidos ou áreas não-governadas, que são muitas vezes assim considerados por não corresponderem ao ideias estadunidenses e europeus de democracia, república, governo, civilização, entre outros.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1. Política Externa dos Estados Unidos

A Política Externa, antes de tudo, é uma política pública. Sua especificidade que a diferencia das outras políticas públicas é o fato de que são implementadas além de fronteiras estatais. Isso significa que decisões e políticas estabelecidas em determinado país, influencia outros países ao redor do mundo. Quanto mais influente for este país, mais influentes serão as decisões de sua política externa. Por isso, as decisões tomadas nos Estados Unidos podem afetar o resto do mundo muito mais do que uma decisão tomada pelo Brasil, pelo Chile, pela Venezuela, etc.

É fundamental estudar a política externa do país norte-americano para entender seus impactos para o resto do mundo e esta monografia considera necessário entender a política externa dos Estados Unidos para compreender seus impactos na América Latina e no Brasil. Neste capítulo será feita uma análise sobre os “fatos” da política externa dos Estados Unidos e também sobre suas consequências para a América Latina e para o Brasil. Para isso, alguns autores como Cristina Pecequilo, Marcelo Santos, Arthur M. Schlesinger Jr, Henry Kissinger e G. Pope Atkins serão consultados.

2.1.1. A conquista da independência e o isolacionismo

A história da política externa estadunidense começa com a conquista da independência, em 4 de julho de 1776, quando os Pais Fundadores - Thomas Jefferson, John Adams, Benjamin Franklin, Robert Livingston e Robert Sherman - declararam, durante a Revolução Americana que o território dos Estados Unidos não seria mais comandado pela Grã-Bretanha. Antes disso, as colônias se uniram para escrever uma carta declarando-se estados livres e independentes, sem qualquer ligação com a Grã-Bretanha.

A consolidação do sistema político e a configuração de um poder central em oposição às treze colônias só se realizou em 1789, com a ratificação da Constituição da Filadélfia e pode ser considerada, segundo Cristina Pecequilo (2003:41), como último ato da Revolução Americana. Na Constituição ficaram definidas as atribuições dos três ramos de governo: Legislativo, Executivo e Judiciário e a partir dela, os Estados Unidos construíram, finalmente,

um Estado nacional. Segundo a visão dos Fundadores, que é também a visão propagada ao longo de toda a história dos Estados Unidos até os dias de hoje, todos os homens e nações têm direito à liberdade, autonomia e não podem ser controlados por forças externas. Segundo Pecequilo (2003),

Diferentemente da Europa, marcada pelas contradições e problemas sociais, a América ‘nascia livre’ e deviam-se garantir formas para que assim permanecesse, sem os vícios das monarquias tradicionais, assegurando-se a expansão e o aprofundamento do sonho americano de prosperidade e liberdade. (PECEQUILO, 2003:39)

Diante desse cenário de consolidação da independência e da criação do Estado nação republicano e democrático, o único objetivo da política externa estadunidense nesse período era o reconhecimento de sua independência. Internamente, a conquista da independência teve significado diferente para as diferentes classes, povos, etnias que habitavam os Estados Unidos. Para os índios, a independência e a expansão territorial, que trataremos adiante, significou o aumento da pressão expansionista dos brancos sobre os territórios ocupados pelos povos indígenas. “Durante o século XIX, após o maciço extermínio de sua população, da destruição de suas sociedades e da conquista de seus territórios, os sobreviventes “índios” serão encurralados em “reservas” dentro do novo país independente, os Estados Unidos, como um setor colonizado, racializado e segregado.” (QUIJANO, 2005:18). Para os negros escravos, a conquista da independência não representou nada já que ela não alterava sua condição escravista. As mulheres e pobres continuavam sem direito ao voto, entretanto, o novo país “causava admiração por ser uma das mais avançadas democracias do planeta naquela ocasião.” (KARNAL. et. al., 2010:96).

Solidificar e expandir o experimento da república, democracia e da liberdade foi um dos princípios e objetivos dos primeiros anos da República estadunidense – e, pelo menos na teoria, de toda a história dos Estados Unidos -, entretanto, nesse primeiro momento, a responsabilidade de levar a democracia, a liberdade e a república seria apenas realizada através do exemplo, diferentemente de outros momentos futuros, em que a “missão” de levar esses princípios ao resto do mundo serviu como justificativa para uma série de ações por parte dos EUA. Acreditava-se que “a experiência norte-americana só poderia ser bem-sucedida se, primeiro e prioritariamente, fosse desenvolvida internamente.” (PECEQUILO, 2003:47048). Além disso, os EUA “serviriam melhor a seus interesses, e também ao mundo, enquanto fossem capazes de aprimorar, ensinar e espalhar, pelo mero fator de sua existência, os valores e ideais de sua república, de sua liberdade e democracia.” (Ibidem).

Segundo Henry Kissinger (1994:34), até a virada do século XX, a política externa norte-americana se resumia em: realizar o Destino Manifesto do país e permanecer livre do engajamento exterior. Com a dificuldade em assumir “posições de poder” apontada por Kissinger, os Estados Unidos, de forma indireta e até o século XX, agiam através da força do bom exemplo de política doméstica. Mas de forma direta e a partir do século XX, através de ações intervencionistas, justificadas pelo “bem da humanidade”, já que não podia assumir posição de poder.

Quando se fala em isolacionismo nesse período, é muito comum concluir que houve um afastamento total dos Estados Unidos do resto do mundo, mas Arthur M. Schlesinger Jr. (1992) explica que o isolacionismo em questão não era sobre a “secessão norte-americana do resto do mundo. Sua essência era a rejeição de compromissos com outros Estados e a insistência numa liberdade de ação sem empecilhos de qualquer espécie” (SCHLESINGER, 1992:65).

Não devemos nos deixar enganar quanto ao caráter do regime político dos Estados Unidos. Os líderes do novo país criticavam as abordagens tradicionais de poder dos países da Europa, por considerarem que as ações desses países eram guiadas por noções práticas ao passo que as suas próprias ações eram guiadas pelos princípios ideológicos da democracia e da liberdade. Entretanto, mesmo no período histórico em questão, observou-se que suas ações eram guiadas também pelo pragmatismo em vez de idealismo e moralidade. Para Pecequilo (2003),

A própria estratégia do isolacionismo e unilateralismo é de inspiração mais pragmática do que idealista, partindo de uma ação equilibrada sobre as reais condições do Estado norte-americano nessa época específica. A expansão das fronteiras e a Doutrina Monroe [...] apesar de justificativas ideológicas como o Destino Manifesto e a garantia da liberdade das repúblicas latino-americanas, respondiam a necessidade e problemas estratégicos concretos, que os Estados Unidos enfrentavam: a conquista de novas vias de expansão e a preservação do espaço americano como sua zona preferencial de influência. Existe uma simbiose bastante acentuada entre o real e o ideal na formulação da política externa norte-americana que atravessará todas as suas fases, estando presente nos elementos do padrão histórico e do contemporâneo. (PECEQUILO, 2003:52)

2.1.2. A missão divina dos Estados Unidos: o Destino Manifesto

Depois da Segunda Guerra da Independência (1812-1815), os Estados Unidos começaram um processo de expansão territorial pela América do Norte baseando-se e justificando-se pelos princípios do Destino Manifesto. Segundo James Kurth, o Destino Manifesto “foi uma doutrina elaborada internamente como forma de justificar o direito e a

necessidade dessa expansão em larga escala, mesmo que, por vezes, tivesse de ser feita de maneira violenta ou unilateral.” (KURTH apud PECEQUILO, 2003:58)

O Destino Manifesto representava a missão divina dos Estados Unidos de se espalhar por toda a América do Norte, com o apoio de Deus, levando a democracia e a liberdade por toda a extensão que hoje são os Estados Unidos que conhecemos. Através do discurso de destino, fé, escolha e crença o país passou a perseguir os mesmos objetivos do século anterior, mas com uma alteração na forma como o fez, deixando de “ensinar pelo exemplo” e passando a, de fato, levar e impor esses princípios pela América do Norte. Segundo Marcelo Santos (2007), essas concepções de que os Estados Unidos possuíam a missão divina de espalhar a democracia e a liberdade e, por isso, era superior a tudo aquilo que era diferente deles

Acabaram gerando algumas características permanentes da política externa norte-americana que estão relacionadas à forma como os EUA se apresentam ao mundo. Primeiro: os EUA se colocam como um modelo de sociedade a ser imitado, concentrando todos os seus esforços na realização daquilo que imaginam ser seu próprio destino. Daí decorrem as suas dificuldades no sentido de participar de grandes acordos que limitem suas ações no sistema internacional. Segundo: em geral, as posições dos EUA no sistema internacional são apresentadas como uma missão, um direito ou um dever no sentido de preservar e difundir seus excepcionais ideais democráticos e libertários, ainda que os seus interesses reais possam ser expansionistas, imperialistas e intervencionistas. Em muitas conjunturas, no passado e no presente, pode-se dizer que os EUA se colocam no mundo não simplesmente como um experimento exemplar a ser seguido, mas fundamentalmente como os salvadores do mundo. (SANTOS, 2007: 23)

A expansão territorial levou à um desentendimento entre o sistema de trabalho livre, comercial e industrial do Norte e o sistema de trabalho escravo, agrícola e latifundiário do Sul, que eram opções contrárias de desenvolvimento. Em 1861, os estados do Sul declararam sua separação da União, iniciando a Guerra da Secessão, que só teve fim em 1865. Para Eric Hobsbawm (1988), o fim da Guerra da Secessão significou “a unificação da América através do capitalismo do Norte.” (HOBSBAWN, 1988:199). O fim da guerra civil também significou o fortalecimento da União e o restabelecimento do Estado, agora centralizado no Executivo. Assim, o país passou a um novo estágio de desenvolvimento, que sucede a consolidação territorial (PECEQUILO, 2003:60).

Depois de 1865, com o fortalecimento da União e o restabelecimento do Estado, surgiram as grandes corporações e empresas estadunidenses, “favorecidas por uma legislação pró-negócio e individualista, que impulsionou o sucesso e o mito dos self-made-men” (PECEQUILO, 2003:61), além disso, os setores de transporte e comunicação também passaram por uma revolução. Segundo Gaddis, “havia uma contradição marcante entre a capacidade norte-americana de moldar a economia mundial e a recusa quase petulante dos norte-

americanos em ter qualquer coisa a ver com a política.” (GADDIS, 1991:7 apud PECEQUILO, 2003:61).

Nesse primeiro momento, a postura dos Estados Unidos continuava sendo a de manter distância das demais políticas globais, mas no século XX, o fortalecimento interno do país levou à uma expansão de fronteiras em escala mundial e a inserção dos Estados Unidos no cenário global. Até o começo do século XX, portanto, os EUA já haviam se transformado em uma das potências industriais, superando potências europeias.

2.1.3. América para os Americanos: a Doutrina Monroe

[...] Que os continentes americanos, pela livre e independente condição que assumiram e mantêm, não devem ser, daqui por diante, considerados como sujeitos de futura colonização por quaisquer poderes europeus [...] Nossa política com relação à Europa, que foi adotada em um estágio prévio [...] permanece de qualquer forma a mesma, que é não interferir nas preocupações internas de quaisquer de seus poderes [...] É impossível que os poderes aliados devam estender seus sistemas políticos sob qualquer parte do continente sem ameaçar sua paz e felicidade [...] É ainda a verdadeira política dos Estados Unidos de deixar as partes por si mesmas, na esperança que outros poderes irão perseguir o mesmo curso”¹

Pode-se dizer que a Doutrina Monroe foi a primeira tentativa por parte dos Estados Unidos de estabelecer um contato direto com a América Latina. Nessa doutrina, estabelecida pelo então presidente James Monroe, o país reivindicou para si a proeminência sobre os países latino americanos. Com essa atitude o país impediu e deslegitimou quaisquer que fossem as pretensões europeias com aquele continente.

A Doutrina tem como antecedente o processo de independência das colônias ibéricas no hemisfério, que visavam além da autonomia, a instalação de regimes democráticos e republicanos. Os Estados Unidos se sentiram responsáveis por levar esses valores para a América Latina, criando uma “afinidade natural” entre o país e o continente latino-americano. Nas palavras de Atkins: “[...] eles afirmavam que as Repúblicas formavam uma zona de segurança única porque elas eram Repúblicas e elas eram americanas.” (ATIKINS, 1989:113).

A adoção da república como forma de governo criou uma afinidade natural entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, sustentada pelo princípio da democracia e da liberdade - ser republicano era ser americano e tal sistema deveria ser preservado, permitindo-se que seu desenvolvimento ocorresse sem qualquer interferência dos poderes externos.[...] a Doutrina Monroe declarava abertamente o repúdio a uma nova colonização europeia [...] e a transferência de controle dos países ainda não independentes (MAY apud PECEQUILO, 2003:69).

¹ Princípios enunciados pelo presidente norte-americano, James Monroe, em mensagem ao Congresso dos EUA, em 2 de dezembro de 1823.

Inicialmente, a Doutrina Monroe tinha como objetivo proteger os Estados Unidos de possíveis invasões europeias em seu território, incluindo a América Latina. Com o tempo, entretanto, essa postura fez com que os EUA estabelecessem sua hegemonia em todo continente americano, dando à Doutrina Monroe o caráter imperialista pelo qual é conhecida até hoje. Em 1904, como veremos adiante, a Doutrina Monroe ganhou um Corolário que facilitou a implementação de seus ideais.

2.1.4. Estados Unidos e América Latina (1898-1918)

A Doutrina Monroe só passou a funcionar, de fato, depois da Guerra da Secessão. Junto com a I Conferência Pan-Americana (1889) e acompanhando o processo de expansão do poder estadunidense, lançou a ideia de “América para os Americanos” e do pan-americanismo. “A doutrina Monroe foi uma política unilateral que veio a justificar a intervenção norte-americana na área do Caribe, enquanto o pan-americanismo foi baseado em uma ideia de igualdade e cooperação” (ATKINS, 1989:116) Os interesses dos Estados Unidos na América Latina variaram ao longo dos anos, “mas, a despeito disso, sempre foram percebidos em termos de segurança nacional.” (PECEQUILO, 2003:68)

De 1898 a 1930 predominou a intervenção. Mais de trinta intervenções militares foram lançadas pelos Estados Unidos na América Latina nesse período. Antes da Primeira Guerra Mundial os Estados Unidos já haviam praticado intervenções militares em países como México, Argentina, Chile, Haiti, Havaí, Nicarágua, Panamá, Filipinas, Honduras, República Dominicana e Cuba.

Depois da Primeira Guerra ocorreram novas intervenções na República Dominicana com um governo militar estabelecido pelos EUA que durou 8 anos, em Cuba com o estabelecimento de um protetorado econômico estadunidense que permaneceu por 16 anos, em Honduras, na Guatemala, no Panamá, em El Salvador. De 1930 a 1945 houve uma tentativa de aproximação, com a política da Boa Vizinhança, que será mencionada adiante.

À Doutrina Monroe se seguiu a Primeira Conferência Pan-americana, o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, a Diplomacia do Dólar e a política da Boa Vizinhança, todas com o objetivo de preservar a especificidade do sistema americano, protegendo e expandindo os interesses estadunidenses dentro do mesmo (PECEQUILO, 2003:73). A Primeira Conferência Pan-americana e a ideia de pan-americanismo surgiram com a intenção de ampliar

os interesses regionais dos Estados Unidos, mas direcionada a temas econômicos, comerciais e financeiros e com uma ideia de cooperação envolvida.

A partir de 1989, como já mencionado, os Estados Unidos começam a exercer seu poder no continente de forma mais direta e Cuba foi um dos primeiros exemplos disso. Depois de ajudar Cuba com a Guerra que conquistou sua independência da Espanha, os Estados Unidos adicionaram à nova constituição cubana a Emenda Platt, que permitia que o país norte-americano interviesse na ilha para uma suposta preservação da independência cubana e a manutenção de um governo adequado.

Diferentemente dos países europeus, que estabeleciam governos em suas possessões, exercendo o controle e a administração política do local, os norte-americanos evitavam a formalização do seu domínio. Ou seja, o império norte-americano era distinto do europeu, sendo exercido de maneira indireta, não incorporando as terras anexadas, por razões políticas, econômicas e estratégicas. Prioritariamente, tratava-se de garantir um espaço de projeção de poder, o acesso e o controle privilegiado de determinados mercados, sem os custos e as possibilidades de uma administração e presença direta. (PECEQUILO, 2002:84)

As razões para essa colonização diferente da colonização europeia são diversas, alguns autores mencionam atitudes racistas por parte dos Estados Unidos que não queriam anexar ao seu território povos que não fossem brancos. Além disso, há o próprio fato de que seria contraditório para o grande promotor da democracia, da República e da liberdade tornar-se tão colonizador quanto aqueles de quem eles buscavam se diferenciar. E por fim, com o estabelecimento de colônias, seria quebrada a própria regra da política externa estabelecida de manter um distanciamento que negava alianças permanentes.

Ainda no período entre o final do século XIX e o início do século XX, os Estados Unidos internacionalizaram sua economia, como forma de atingir seus interesses nacionais sem recorrer à guerra, com uma política que ficou conhecida como *Open Door Policy* ou política de portas abertas. A estratégia era que o poder estadunidense se estendesse por todo o mundo sem que se recorresse ao colonialismo tradicional e a ainda preservando a liberdade de ação dos Estados Unidos.

Entrando no século XX, portanto, os Estados Unidos readequaram suas atitudes no sistema internacional de acordo com sua nova situação de poder e sempre buscando mais territórios de influência. Em 1904, surgiu o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe ou *big stick*, que foi, diante dessa nova postura e nova condição hegemônica dos Estados Unidos, um mecanismo de exercer na prática os princípios da Doutrina Monroe que, em 1823, os Estados Unidos não conseguiram exercer.

Esse Corolário assegurava ao país norte-americano o direito de intervenção nos assuntos dos países latino americanos, caso se comprovasse que uma nação não seria capaz de exercer sua política de forma responsável e ameaçasse o resto do continente. Esse discurso lembra muito a ideia de áreas não-governadas ou Estados falidos, discutida por Luiza Rodrigues Mateo.² Basicamente, essas são áreas que não correspondem ao ideal ocidental de Estado e que são consideradas mal administradas, podendo expandir seus problemas internos para o resto do mundo. Por isso também são consideradas uma ameaça e questão de segurança internacional, o que dá a outros países o direito de intervenção.

O presidente Roosevelt, que foi o criador do Corolário que leva seu nome, era bem específico sobre as ações dos Estados Unidos no sistema internacional. Para ele, a política externa deveria ser baseada nos princípios de ordem e estabilidade e dentre as ações dos Estados Unidos para garantir esses princípios, segundo Pecequilo (2003), estavam a necessidade de não incentivar e, acima de tudo, eliminar possíveis ameaças revolucionárias, a tarefa de policiar e conduzir a política dos outros Estados, para impedir sua tendência destrutiva.

Podemos perceber que a retórica da democracia e da liberdade e as políticas diversas que foram criadas para exercer influência no sistema internacional e principalmente sobre a América Latina levaram a diversas intervenções diretas e indiretas, não só políticas, como também militares. Como alega Pecequilo (2003), “as intervenções eram embasadas pela retórica da democracia sem que tivesse sido possível instaurar esse regime político em nenhuma das sociedades em questão.” (PECEQUILO, 2003:91). E ainda, citando Smith (1996:63), Pecequilo (2003) enfatiza o fato de que, de 1830 a 1930, nenhuma intervenção norte-americana levou à instalação da democracia na América Latina.

2.1.5. A duas Grandes Guerras, o Wilsonianismo, a Liga das Nações e a Política da Boa Vizinhança (1918-1945)

Até 1917, os Estados Unidos buscaram manter distância dos conflitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conservando os laços comerciais com os beligerantes, mas evitando a participação direta. Entretanto, em 1917, o país percebeu que mesmo o isolacionismo

² “Áreas Não Governadas, Fragilidade Estatal e Ameaças Internacionais: O surgimento do nexos Segurança Desenvolvimento.” Luiza Rodrigues Mateo. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013 Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>

que tanto preservavam estaria ameaçado caso a Alemanha, que à época era a segunda maior potência do sistema internacional, vencesse a guerra.

Havia ainda possibilidade de enfrentamento entre os dois países, o que possivelmente geraria um desequilíbrio de poder e os Estados Unidos já haviam mostrado ao longo dos anos que assim como seus colonizadores, eles associavam sua própria segurança com o equilíbrio de poder no mundo. Segundo Gaddis (1991), “quando outros ameaçavam acumular poder em quantidade suficiente para ameaçar o equilíbrio internacional, os norte-americanos estavam preparados [...] para construir seu próprio poder para contrabalançar a ameaça” (GADDIS, 1991:9) Assim, em 1917, os Estados Unidos entraram na guerra ao lado dos aliados (França e Grã-Bretanha), e a venceram no ano seguinte.

Os princípios estadunidenses e sua imagem de benfeitor à ser mantida, entretanto, não permitiriam que a justificativa para o país entrar na guerra fosse apenas uma questão de equilíbrio de poder. Os motivos variaram entre a intenção de decidir pela vitória de forças não autoritárias, o fato de ser uma guerra que terminaria com todas as outras guerras, o objetivo de levar a paz, que tornaria o mundo um lugar seguro para a democracia, entre outras razões. Todas elas com o mesmo cunho de política liberal comum aos Estados Unidos e que seria introduzida ao resto do mundo nesse momento com as justificativas do então presidente Woodrow Wilson e a crença em uma percepção otimista da natureza humana.

Terminada a guerra, em 1918, os Estados Unidos passaram a promover a paz e a segurança coletiva no sistema internacional e, para isso, o seu presidente Wilson propôs Quatorze Pontos que, em resumo, priorizam

A diplomacia aberta; a absoluta e total liberdade dos mares em tempos de guerra e paz; a remoção das barreiras comerciais e o estabelecimento da igualdade nas trocas entre todas as nações; o desarmamento geral, começando pela redução dos arsenais até níveis compatíveis com a segurança doméstica; a resolução imparcial das disputas coloniais, como o reconhecimento de direitos iguais para as reivindicações das populações e dos governos reconhecendo a autodeterminação de diferentes sociedades; a restauração da Bélgica; a evacuação do território russo e o estabelecimento da Liga das Nações. (PECEQUILO, 2003:99)

O wilsonianismo é uma política ideológica muito famosa na área de política externa e nas relações internacionais e que surgiu da percepção otimista da natureza humana estabelecida por Wilson e na proposta de que o sistema internacional fosse organizado conforme as sociedades domésticas, com os devidos constrangimentos e limites legais que coordenassem as ações dos atores. Para essa ideologia, o ideal seria a eliminação total da possibilidade de guerra e, segundo essa lógica liberal, apenas países democráticos não entram em guerra. Novamente o

experimento estadunidense serviria como exemplo e deveria ser espalhado ao resto do mundo. O mecanismo estabelecido para propagar essa ordem foi a Liga das Nações.

A Liga das Nações foi criada em 1920 e é hoje considerada o embrião das Nações Unidas. Naquela época, ela foi o mecanismo escolhido para preservar a ordem e a paz, evitando guerras futuras. Ela exigia a participação ativa de todos os envolvidos para a garantia da segurança de todos e a eliminação de possíveis agressões, tornando seus membros dependentes entre si. Esse envolvimento e o pressuposto da segurança coletiva se tornou um dos principais pesadelos dos Estados Unidos.

O país não estava disposto, por mais que reconhecesse os perigos da instabilidade do sistema internacional, a compartilhar decisões e a participar da segurança coletiva com países cujos interesses eram diferentes dos seus. Em 1920, o Senado estadunidense rejeitou a participação na Liga das Nações e não ratificou o Tratado de Versalhes. Os Estados Unidos voltaram ao curso de ação anterior à sua participação na guerra mantendo o isolamento em relação à Europa, mas efetuando incursões esporádicas no continente para preservar seu domínio político e econômico.

Em 1929, a quebra da bolsa de valores de Nova York gerou a queda livre dos preços agrícolas, a desestabilização das economias domésticas, à desorganização do sistema produtivo, o desemprego, altas taxas de inflação e pobreza, junto com grandes impactos sociais que culminaram no fechamento de economias com o consequente isolacionismo de algumas nações. E para além da economia, gerou um descontentamento de alguns em relação às políticas democráticas e para paz que surgiram com o fim da Primeira Guerra e com isso, surgiram grupos totalitários, sendo os dois melhores exemplos Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha.

No caso dos Estados Unidos, intensificou-se o isolamento em relação ao sistema internacional, mas a instituição da democracia foi mantida, mesmo que enfraquecida pela Grande Depressão. Apesar de manter-se afastado das políticas globais, o país manteve suas atenções no hemisfério e foi nesse momento de Grande Depressão que as intervenções realizadas na América Latina tornaram-se uma atitude pouca vantajosa para a estratégia estadunidense, com a diminuição dos recursos para atuação externa, além da mudança no caráter dos países latino americanos, com a crise da democracia e a crítica às ideias intervencionistas e imperialista dos Estados Unidos.

Nesse cenário, Franklin Delano Roosevelt criou a Política da Boa Vizinhança, cujos dois princípios básicos eram o reconhecimento da soberania nacional dos países da América

Latina e a promoção de uma política de não intervenção e de não interferência estadunidense, essa política

Começou pela retirada das tropas que ainda estavam no continente, o abandono das intervenções armadas e interferências políticas e econômicas, seguindo-se a instalação de um processo de consulta e cooperação que passava a reconhecer a América Latina e suas nações como soberanas e parceiras igualitárias dos Estados Unidos, [...] nas palavras de Atkins, Roosevelt promoveu uma “pan-americanização da Doutrina Monroe” - sem alterar as preocupações básicas de sua política, a exclusão de ameaças externas e a estabilidade doméstica, os Estados Unidos passaram a persegui-las prioritariamente pela cooperação e não pela coerção. (PECEQUILO, 2003:117)

Entretanto, a própria natureza da PBV limitou a aproximação e cooperação dos Estados Unidos com a América Latina, não podendo se falar em uma real renovação dos princípios estadunidenses. Não existiram medidas reais e eficientes para a criação desse ambiente cooperativo e os preceitos da Doutrina Monroe permaneceram intactos. Galeano (1971) cita um chanceler da Guatemala que diz que “seria curioso que do seio dos Estados Unidos, de onde nos vem o mal, nascesse também o remédio.” (GALEANO, 1971:8)

Quando a Segunda Guerra Mundial teve início, em 1939, os Estados Unidos mantiveram a mesma postura de distanciamento que haviam tido no início da Primeira Guerra, mas dessa vez, seu presidente Roosevelt já sabia da ameaça que a ascensão da Alemanha na Europa ou do Japão na Ásia traria para o equilíbrio de poder e conseqüentemente para a segurança nacional dos Estados Unidos. Além disso, a própria diferença ideológica da Alemanha soava ameaçadora ao presidente que, assim como seus anteriores, mantinha a democracia como princípio.

Entretanto, o Congresso e a opinião pública estadunidense possuíam ainda o sentimento isolacionista que lhes restava da Primeira Guerra e da Grande Depressão. Somente o ataque a Pearl Harbor (base aérea dos Estados Unidos) lançado pelos japoneses, em 1941, provou que os Estados Unidos não estavam imunes dessa guerra de grande escala e que os estragos poderiam ser muito piores, e levou a opinião pública e o congresso a concordarem com a intervenção estadunidense no conflito. Também nesse ano, a União Soviética, que estava do lado da Alemanha até então, passou a lutar do lado dos Aliados.

Uma das demonstrações de poder mais marcantes por parte dos Estados Unidos na Segunda Guerra foi a bomba atômica lançada às cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, durante os estágios finais do conflito. Apesar de seu envolvimento no conflito, os Estados Unidos não chegaram a desenvolver estratégias, continuando a comportar-se segundo concepções isolacionistas.

2.1.6. A Guerra Fria: da Confrontação à Coexistência (1947-1969)

Depois da Segunda Guerra Mundial, segundo Kurth, teve início o último dos ciclos de expansão da política externa estadunidense, “dessa vez em escala internacional, buscando a consolidação global do interesse norte-americano” (KURTH apud PECEQUILO, 2002:131). Assim, a construção de uma nova ordem, que tinha como objetivo impedir novos conflitos através de novos padrões de relacionamento, foi uma das primeiras ações dos EUA, com apoio de seus aliados, no pós-1945. Segundo McDougall,

o processo de construção dessa ordem foi uma expressão na prática da missão norte-americana de moldar o mundo à sua imagem e semelhança [...] e de sua pretensão em considerar como válido somente o modelo norte-americano de organização da sociedade[...] os Estados Unidos não estavam somente construindo a ordem como buscando a melhoria das condições de vida global (o “imperialismo do bem-estar”) (MCDOUGALL apud PECEQUILO, 2003:132)

Além da construção de uma nova ordem mundial, os Estados Unidos estavam preocupados com a expansão do poder soviético, assim, uma segunda forma de atuação da política externa estadunidense durante a Guerra Fria foi a contenção desse poder. Aliás, a relação entre União Soviética e Estados Unidos passou por diversas fases ao longo da Guerra que ficaram conhecidas, respectivamente, como: Confrontação (1947-1962), Coexistência (1963-1969), *Détente* (1969-1979), Confrontação Renovada (1979-1985) e a Retomada do Diálogo (1985-1989). Apenas as duas primeiras fases - a confrontação e a coexistência - serão analisadas neste capítulo, já que o mesmo é dedicado à análise dos antecedentes históricos do Golpe de Estado que se deu em 31 de março de 1964 e não se mostra necessária para o entendimento dos fatos a análise dos anos posteriores a eles.

Na confrontação foram definidos os parâmetros básicos de ação para os Estados Unidos nesse novo sistema. Segundo Pecequilo (2003),

Na Presidência Truman (1945 a 1953), podemos considerar que foram lançados os princípios clássicos da contenção, definindo-se a maneira como a Guerra Fria ia ser desenvolvida., havendo grande consenso quanto a métodos, formas de ação e valores associados ao internacionalismo norte-americano. (PECEQUILO, 2003:173)

A Doutrina Truman foi o conjunto de práticas estabelecidas pelo presidente Harry S. Truman, depois de o mesmo fazer um discurso no Congresso Nacional estadunidense em que assumia o compromisso de “defender o mundo livre contra a ameaça comunista”. Essa Doutrina buscava a contenção do avanço comunista e deu nome às práticas utilizadas durante a Guerra Fria para seguir esse propósito.

Durante a confrontação, os Estados Unidos não só estabeleceram a Doutrina Truman como a estenderam para a Ásia, comprometendo-se a realizar intervenções diante de qualquer possibilidade de avanço do comunismo no continente. Na Ásia, os Estados Unidos investiram na recuperação econômica e na reforma política do Japão, ajudaram a garantir a independência da China nacionalista, além de intervir na Guerra da Coreia. Isso fez com que o país norte-americano se visse no caminho de se tornar um país com projeção global, pela primeira vez saindo da zona de conforto e investindo em novos continentes.

Com a posse de Dwight D. Eisenhower, em 1953, o caráter da contenção passou de uma política antissoviética para uma política anticomunista. Deveria ser impedida, portanto, a expansão de qualquer membro do bloco soviético, não só mais a União Soviética, mas todos os Estados comunistas seriam considerados inimigos da liberdade dos povos e, portanto, dos Estados Unidos. “Mais do que a União Soviética, é a expansão do comunismo internacional que ameaça o mundo como uma “força negra” cujos propósitos são “claros na prática.”” (EISENHOWER apud PECEQUILO:177). Entretanto, alguns autores consideram que a mudança na política de contenção com Eisenhower não passou de uma mudança retórica.

Até o final dos anos 50 já havia a aceitação mútua do espaço entre as potências sinalizando a perspectiva da coexistência. Havia, segundo Pecequilo, a concordância de que nenhuma das duas potências invadiria a zona de influência da outra, ou ameaçaria algum de seus interesses. As campanhas de 1960 para a presidência, disputada por Richard Nixon e John F. Kennedy ressaltaram a ausência de firmeza dos Estados Unidos nos últimos anos no sistema internacional, permitindo o avanço soviético.

A vitória de Kennedy promoveu o maior aumento de gastos no setor de defesa norte-americano que, com a corrida armamentista, permitiu aos Estados Unidos aumentar e modernizar seu arsenal, mas também aumentou os déficits orçamentário e federal. Além dos gastos nesse setor, a política de Novas Fronteiras do novo presidente iniciava novas intervenções no Terceiro Mundo. É nesse contexto que se insere a Operação Brother Sam, nele

Os Estados Unidos agiriam para impedir o avanço do comunismo, apoiando quando necessário inclusive com a intervenção militar direta, os movimentos contrarrevolucionários. [...] Nesse sentido, toda e qualquer revolução, ou guerra, era vista como uma etapa inicial para o comunismo, devendo ser barrada, e os Estados Unidos estariam preparados para enfrentá-la com respostas militares convencionais e renovadas. (PECEQUILO, 2003:188)

A confrontação, primeira fase da Guerra Fria, teve fim durante a presidência de Kennedy depois de uma tentativa mal sucedida de intervenção soviética em Cuba, que levou a grandes tensões entre as duas potências que acabaram concordando que a coexistência seria a

melhor opção para evitar a destruição mútua. Iniciada em 1963, a coexistência não significou a ausência do conflito ou o fim da contenção, a disputa por zonas de influência continuou ocorrendo e as próprias intervenções militares mencionadas a pouco foram exemplos disso.

Ainda em 1963, John F. Kennedy foi assassinado e Lyndon B. Johnson assumiu a presidência. Com a derrota na Guerra do Vietnã - na qual os Estados Unidos se consideravam capazes de ajudar o Vietnã do Sul a preservar sua independência ante o Norte comunista - e a perda de hegemonia estadunidense, a fase de coexistência teve fim em 1969 dando espaço para novas políticas estadunidenses que, como já explicado, não serão analisadas nesta monografia.

Durante o período de Guerra Fria, tendo os Estados Unidos “abandonado” a América Latina por um período e a União Soviética se mostrando uma opção favorável aos países do Terceiro Mundo, que recentemente haviam começado uma discussão sobre Norte e Sul global, o temor dos Estados Unidos agora era de que grupos comunistas se espalhassem pelo hemisfério. Grupos de esquerda de fato ascendiam pelo continente, em países como Brasil, Chile e Argentina, com os sindicatos, partidos e movimentos ganhando força e isso preocupava os Estados Unidos. A adesão a esses ideais mostrava que havia uma busca no continente por uma outra alternativa de desenvolvimento que pudesse suprir as demandas latino-americanas.

Mesmo que a expansão desses ideais ocorresse de formas democráticas, era inaceitável para os Estados Unidos que grupos de esquerda chegassem ao poder na América Latina e para impedir essa ascensão ao poder era aceitável até mesmo o uso de meios não democráticos e autoritários.

Ainda que de forma indireta e não assumidos abertamente pelo governo norte-americano, existiram apoios a golpes militares e regimes autoritários na região. Na época [...] houve tolerância com governos que, sob um escrutínio maior, não passariam pelo teste dos preceitos democráticos, de liberdade e de respeito aos direitos individuais propagados pelos Estados Unidos, estando a promoção da “experiência republicana” subordinada ao objetivo maior de prevenir a expansão do comunismo. (PECEQUILO, 2003:223)

Embora mascarado, o combate ao comunismo ganhou força na região através do apoio de grupos conservadores locais. O próximo capítulo irá falar sobre esse anticomunismo no Brasil e, em seguida, sobre a participação dos Estados Unidos no Golpe de 1964. Antes, irei tratar brevemente das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos do pós-guerra (1945) até a o Golpe Militar de 1964.

2.2. Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos (1945-1964)

2.2.1. Governo Dutra

Empossado em 1946, Eurico Gaspar Dutra teve de lidar com as tensões do cenário político internacional que iniciava o período de Guerra Fria. Quanto a relação com os Estados Unidos, houve continuidade na aliança criada entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial, entretanto, houve uma divergência entre os dois, pois “o Brasil não viu a colaboração política traduzida em uma colaboração econômica com ela compatível ou mesmo próxima do nível da assistência econômica que os Estados Unidos prestavam a outras áreas do globo.” (BUENO, 1992:352)

Como já mencionado anteriormente, nos primeiros anos da Guerra Fria, os Estados Unidos não viam qualquer possibilidade de intervenção comunista nos países latino americanos, por isso não deu a devida atenção ao continente, se importando mais em auxiliar na recuperação de seus parceiros da Europa e também o Japão, na Ásia, além da criação de instituições que fossem capazes de “frear” o comunismo soviético, como foi o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO).

Em contraposição, a Organização dos Estados Americanos (OEA) foi criada em 1948 refletindo “o interesse dos países latino americanos de institucionalizar o princípio da não intervenção, contra possíveis interferências, por parte, entre outros, dos Estados Unidos.” (HERZ, 2004:164). Em 1948 também foi criada a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que pregava, “além da substituição de importações, a integração regional como estratégia para promoção do desenvolvimento econômico dos países mais atrasados” (HERZ, 2004:192).

2.2.2. Segundo Governo Vargas e Governo Café Filho

Em 1950, Getúlio Vargas foi eleito pela segunda vez à presidência da República e dessa vez, tentou apagar a imagem de ditador que havia deixado em seu último governo. Segundo Boris Fausto (2012),

Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista. Modulou seu discurso de acordo com cada Estado que percorria. No Rio de Janeiro, onde a influência comunista era real, chegou a dizer que, se fosse eleito, o povo subiria com ele os degraus do palácio do Catete e ficaria no poder. (FAUSTO, 2012:345)

Na década de 50 houve uma forte necessidade de desenvolvimento devido ao aumento populacional, que aumentava o número de desempregos e enfraquecia a economia. O país carecia de capital e esse capital só poderia ser fornecido pelos Estados Unidos, que naquele momento, era o país mais rico do sistema internacional. Apesar do país norte-americano continuar despreocupado com a América Latina e com o Brasil naquela época, em 1951 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, idealizada ainda no governo Dutra, visando o financiamento de um programa de reaparelhamento dos setores de infraestrutura da economia brasileira. A partir dessa Comissão, que teve seus trabalhos finalizados em 1953, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para os projetos captados no Brasil.

Os trabalhos da Comissão Mista versaram basicamente sobre as exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e implementasse projetos prioritários relativos basicamente a energia e transportes. No final, a Comissão acabou aprovando 41 projetos do Plano de Reaparelhamento Econômico elaborado pelo governo, para os quais calculava serem necessários cerca de 22 bilhões de cruzeiros, dos quais 14 bilhões seriam financiados em cruzeiros pelos governos federal e estaduais e cerca de 8 bilhões, equivalentes a 387 milhões de dólares, seriam financiados pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou pelo Export-Import Bank (Eximbank). Desse investimento total, 60,6% deveriam ser alocados no setor de transportes, 33,1% no setor de energia elétrica e 6,3% em projetos relativos a indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. Para oficializar as sugestões da Comissão Mista, foi criado em 1951 um plano quinquenal de desenvolvimento, e o Congresso autorizou a criação do Fundo de Reaparelhamento Econômico. (D'ARAÚJO, 2017)

Durante o Governo de Vargas também foram firmados acordos militares e a exportação de minerais estratégicos, principalmente os atômicos, como estratégia para obtenção de financiamentos para projetos de modernização da economia brasileira. Quanto aos acordos militares, a Doutrina de Segurança Nacional, criada pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA e pela Escola Nacional de Guerra se disseminou no continente através de reuniões de chefes militares, programas de ajuda militar, de venda de armas e treinamento de oficiais nas escolas militares estadunidenses.

Em contraposição aos financiamentos para projetos de modernização da economia, Vargas também tomou atitudes nacionalistas de sentido oposto, “como a lei de remessa de lucros e a lei de criação da Petrobrás, que impedia a participação de capitais estrangeiros na pesquisa, lavra, refino e distribuição de petróleo” (BUENO, 1992:352). Além disso, segundo

Bueno, o Brasil adotou nesse período um tom reivindicatório cada vez mais insistente nas suas relações com os Estados Unidos.

Com a morte de Vargas em 1954, seu vice, Café Filho, assumiu a presidência, ficando por um período de 14 meses, em que se pode destacar nessa curta gestão, o bom relacionamento com os Estados Unidos “visível principalmente na cooperação atômica e nos empréstimos obtidos dos bancos particulares” (BUENO, 1992:353)

2.2.4. Governo Kubitschek

Eleito em 1956, o governo de Juscelino Kubitschek entrou para a história como a gestão presidencial em que houve o maior crescimento da economia brasileira. O lema do presidente era “cinquenta anos de progresso em cinco anos de Governo.” Para prosseguir seu projeto desenvolvimentista, JK buscou ajuda dos Estados Unidos tanto bilateralmente quanto multilateralmente através da Operação Pan-Americana (OPA), criada no governo Kubitschek e que tinha como norte a ideia de que apenas o fim da miséria na América Latina iria propiciar a contenção do comunismo e a propagação da democracia no continente.

Apesar da criação da OPA, os Estados Unidos resistiram em transferir capitais públicos para financiar projetos de industrialização. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e as autoridades técnicas estadunidenses exigiram um programa de estabilização financeira para que houvesse a liberação de financiamentos. Com apoio interno, JK rompeu com o fundo. Entretanto, depois que os Estados Unidos se deram conta da aproximação de Cuba com a União Soviética, houve uma melhora na relação Brasil-Estados Unidos, pois não seria favorável ao país norte-americano que um país tão grande quanto o Brasil se rendesse aos ideais comunistas. Assim, o FMI abrandou suas exigências e facilitou o acesso do Brasil aos financiamentos. Como já mencionado anteriormente, foi só a partir do avanço de sindicatos, partidos e outros movimentos de esquerda que os Estados Unidos voltaram a dar a devida atenção para a América Latina.

2.2.5. Governos Jânio Quadros e João Goulart

Eleito em 1961, a política de Jânio Quadros evitou envolvimento maior na questão cubana, que naquele ano havia sofrido uma tentativa de invasão por parte de cubanos anticomunistas treinados pela CIA e com o apoio de forças armadas estadunidenses com o

objetivo de derrubar o governo de Fidel Castro. Apesar do não envolvimento, durante seu curto governo - que durou apenas sete meses-, Jânio demonstrou-se fiel defensor da não intervenção e de autodeterminação dos povos.

João Goulart assumiu a presidência da república depois que Jânio renunciou, ainda em 1961. A ascensão de Jango foi vista com maus olhos pelos Estados Unidos, que no dia da posse do novo presidente brasileiro emitiu uma nota pelo Departamento de Estado direcionada ao presidente Kennedy de que à Jango seria concedido “o razoável benefício da dúvida” (PARKER, 1997:22). Ao longo do governo de Jango a preocupação por parte dos Estados Unidos em relação à sua administração considerada esquerdista demais só aumentou, havendo inclusive suspeitas de infiltração comunista.

Durante a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Punta Del Este no Uruguai para tratar da questão cubana, San Tiago Dantas, à época ministro das Relações Exteriores e chefe da delegação brasileira, foi contrário a qualquer tipo de intervenção em Cuba, alegando que o Tratado do Rio de Janeiro (TIAR) “fora assinado pelas nações americanas para defendê-las de agressões extracontinentais; não poderia, por conseguinte, ser invocado para perpetrar intervenção contra um dos seus membros” (PECEQUILO, 2003:356) Dantas também apoiou a convivência com regimes socialistas no continente, pois considerava que o isolamento que afastou Cuba dos regimes democráticos americanos levaria cada vez mais a ilha para as “mãos” comunistas. A ideia da intervenção foi abandonada na discussão, mas continuou a proposta de exclusão de Cuba da OEA, que foi aceita por votação, da qual o Brasil se absteve.

Em 1962, o Brasil votou a favor do bloqueio naval proposto pelos Estados Unidos, mas continuou contrário a qualquer intervenção. Mesmo assim, a ascensão da esquerda e do comunismo no Brasil preocupava o país norte-americano. Embora a importância estratégica do Brasil havia diminuído desde a Segunda Guerra, a situação Cubana mostrou aos Estados Unidos que seria inaceitável o estabelecimento de um governo de esquerda no maior país da América Latina, o que possivelmente aumentaria ainda mais a influência comunista no continente. Segundo Fico, “esse cuidado explica a campanha de desestabilização de Goulart e o apoio ao golpe” (FICO, 2008a:66)

Em 1964, foi lançada durante o governo de Lyndon B. Johnson, a Doutrina Mann, “segundo a qual os EUA deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas e mesmo que fossem autoritárias e ditatoriais.” (PACKENHAM apud FICO, 2008a:65). Essa

doutrina foi um dos fatores que abriram espaço para ascensão de governos militares na América Latina entre as décadas de 60 e 70, incluindo a ditadura militar brasileira. O próximo capítulo irá discorrer sobre o processo de desestabilização do governo Goulart e o anticomunismo no Brasil e em seguida, sobre a participação dos Estados Unidos na conspiração que desencadeou o golpe militar de 196

3. DESESTABILIZAÇÃO E CONSPIRAÇÃO

Antes que se fale sobre a participação dos Estados Unidos no golpe militar de 1964 no Brasil, é importante enfatizar a participação dos próprios brasileiros nesse processo, a fim de desmistificar a ideia de que os Estados Unidos, sozinhos, causaram o golpe. E a fim, também, de que o próprio leitor não entenda esta monografia como uma acusação simplista de que todos os problemas que o Brasil enfrentou foram causados pelos “ianques”. Como menciona Elio Gaspari (2002),

Apesar do poderio militar mobilizado pelo governo americano e do significado que ele traria caso viesse a ser conhecido, nenhum brasileiro, civil ou militar, participou da deposição de João Goulart porque os Estados Unidos a desejavam. Nessa associação de interesses comuns, ou mesmo complementares, deu-se o inverso. (GASPARI, 2002:101)

Além disso, este capítulo leva em consideração a contribuição de Florestan Fernandes (1980) apresentada no capítulo anterior, que considera a existência de dois polos de influência e dominação burguesa, um interno (representado pelas classes dominantes) e um externo (representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas). Por este motivo, esta primeira parte do capítulo irá tratar sobre o que Rodrigo Patto Sá Motta (2000) chamou de “Segundo Grande Surto Anticomunista”, que compreende o período de 1961 a 1964 e pode ser considerado como a fagulha que culminou no golpe de 31 de março. Em seguida, será feita uma análise documental e bibliográfica sobre os acontecimentos que antecederam ao golpe e, especificamente sobre o Plano de Contingência que deu origem à Operação Brother Sam.

3.1. Anticomunismo no Brasil

Esta monografia não considera que as políticas populares adotadas pelos presidentes Jânio Quadros e João Goulart estejam, de fato, alinhadas com a ideologia comunista, entretanto, já que os grupos conservadores se denominavam anticomunistas e já que toda política realizada pelos Estados Unidos na América Latina nesse período foi justificada pelo combate ao comunismo, adotarei neste capítulo a mesma expressão. Segundo a definição de Carla Simone Rodeghero (2002):

O anticomunismo é entendido como uma postura de oposição sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. A historiografia tem mostrado que uma de suas facetas é o imaginário. O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define

uma identidade distinguindo um “nós” - os anticomunistas - em relação aos “outros” - os comunistas [...] se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável. (RODEGHERO, 2002:20)

Como já mencionado no capítulo anterior, com o fim da Segunda Guerra, a atenção dos Estados Unidos se voltou para a Europa numa tentativa de recuperação dos prejuízos causados pela guerra e de aproximação com o mundo a fim de promover a paz e a integração, garantindo a hegemonia estadunidense e a sua influência no Ocidente diante do inimigo soviético. A América Latina, nesse período inicial, não se mostrou uma ameaça e por isso foi deixada de lado.

A ascensão de Fidel Castro em Cuba, entretanto, mudou esse cenário e fez com que os Estados Unidos se voltassem novamente para a América Latina promovendo políticas anticomunistas no continente, inclusive mascaradas como políticas desenvolvimentistas como foi o caso da Aliança para o Progresso, que exigia que os países latino-americanos se alinhassem com as políticas liberais dos Estados Unidos a fim de receber financiamento para seus projetos desenvolvimentistas. Para além disso, a Aliança para o Progresso criava a ideia de que os EUA estavam à frente do combate às desigualdades e de que os outros países latino americanos não precisavam, assim como Cuba, recorrer ao comunismo.

Segundo Motta (2000:287), os esforços para evitar o risco de expansão do exemplo cubano eram realizados “combinando medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica)”. Ou seja, os esforços não se limitavam ao âmbito econômico, mas sim incluíam o setor da segurança e da propaganda, que serão discutidos adiante. Para Rodeghero (2002), as ações anticomunistas se baseiam em “atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo, etc.” (RODEGHERO, 2002:20-21).

Aqui, mais uma vez, é importante ressaltar que o anticomunismo não foi simplesmente importado dos Estados Unidos para o Brasil. Apesar da influência estadunidense, desde 1930, historiadores relatam a existência de grupos mobilizados contra o “perigo vermelho”. Esses grupos também ficaram atentos aos acontecimentos em Cuba e se mobilizaram novamente a partir desse momento e durante toda o período que antecedeu a ditadura a fim de impedir a ascensão do comunismo no Brasil. Os Estados Unidos foram, portanto, apenas aliados desses

grupos na luta contra o comunismo, “a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas.” (MOTTA, 2000:288).

Essa mobilização dos grupos anticomunistas não se deu somente por causa da ascensão comunista em Cuba, mas também devido a ascensão de grupos de esquerda no âmbito nacional. O Partido Comunista do Brasil (PCB) estava se reestruturando após o processo de “desestalinização”, desencadeado depois de denúncias feitas ao governo de Stalin, que gerou uma crise comunista. Surgiam outros grupos como a Ação Popular (AP) e as Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP). Para Motta (2000), a Revolução Cubana teve grande influência tanto na ascensão de grupos comunistas quanto de grupos anticomunistas, entretanto “fatores internos como urbanização, industrialização e expansão da rede de ensino também foram importantes e não podem ser esquecidos.” (MOTTA, 2000:288).

A chegada de Jânio Quadros ao poder, como mencionado no capítulo anterior foi novidade para os que achavam que ele daria continuidade à política externa de Juscelino Kubitschek. Fundamentado na autodeterminação dos povos e na política de não-intervenção, deu início a Política Externa Independente a qual seu sucessor, João Goulart, deu continuidade. Jânio ficou menos de oito meses no poder, buscou afastar-se das decisões em relação à Cuba, mas causou polêmica ao entregar a Che Guevara a condecoração de “Ordem do Cruzeiro do Sul” considerada a mais alta condecoração brasileira destinada a estrangeiros e que acabou sendo retirada por Castelo Branco (1964-1967), primeiro presidente do período militar.

Grupos anticomunistas começaram a mobilizar-se nesse período, indignados com a política externa do então presidente, que era acusada por eles de estar buscando o reatamento das relações com Moscou. Após a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, a presidência ficou nas mãos de seu vice, João Goulart, o que aumentou a preocupação dos anticomunistas, que sabiam de sua ligação com a esquerda.

Como estratégia para diminuir os poderes do presidente que assumiria, articulou-se uma emenda parlamentarista, que foi aceita por Goulart, já que era a condição imposta pelos ministros militares para que ele assumisse a presidência da República. O parlamentarismo lhe tirou parte de seus poderes constitucionais, transferindo-os para o Congresso e para o Primeiro Ministro, cargo criado a partir da adoção do parlamentarismo, “mas foi esse arranjo político que lhe garantiu a posse no simbólico dia 7 de setembro, que ele escolheu.” (FICO, 2008:69). O presidencialismo só foi retomado em 1963 junto com os plenos poderes presidenciais de Jango.

O acordo político garantiu a posse de Goulart, mas não garantiu qualquer tipo de tranquilidade para governar durante seus anos na presidência. Por ter decidido dar continuidade à Política Externa Independente de Jânio, que considerava a necessidade de traçar novas parceiras e diminuir a dependência dos Estados Unidos, Jango anunciou o reatamento das relações com os países não-alinhados e socialistas em novembro de 1961, o que desencadeou uma série de protestos, agravada ainda pelo fato de que o anúncio foi feito às vésperas da comemoração da “Intentona Comunista”³, demonstrando provocação do presidente ou mesmo falta de habilidade política.

A atitude de Goulart gerou reação dos conservadores, obviamente. No dia 27 de novembro, comemoração da Intentona, houveram protestos contra o chanceler San Tiago Dantas, idealizador da Política Externa Independente, mas a imagem do presidente continuou intocável, até aquele momento. Paralelamente, ocorreram outros protestos, o principal deles foi organizado pela Liga Feminina Anticomunista, que considerava afrontoso o fato dos homens responsáveis pelo reatamento com a URSS comparecerem ao evento que comemorava os mortos da Intentona Comunista. O grupo organizou uma passeata em direção ao Itamaraty que protestava contra o governo de Jango.

Depois desses acontecimentos de novembro, houve um curto período de “tranquilidade” que se encerrou junto com as reuniões da Organização do Estados Americanos (OEA), em 1962, em que o Itamaraty foi contrário à proposta de intervenção armada em Cuba, proposta pelos Estados Unidos e que ia contra o princípio de não-intervenção da PEI. O Brasil não aceitou também a expulsão de Cuba da OEA, votando contra essa proposta em fevereiro daquele ano, durante reunião em Punta del Leste. Insatisfeitos com a atitude da diplomacia brasileira, os grupos União Feminina Anticomunista e Centro Cívico do Brasil organizaram um comício de protesto em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que teria reunido de 1.500 a 2.000 pessoas (MOTTA, 2000:293).

Nos meses seguintes, os conservadores continuaram a se organizar, cobrando do Itamaraty e do governo o abandono do apoio à Cuba, com o apoio da imprensa e de grupos católicos, também muito importantes para a ascensão do anticomunismo no Brasil. Esses grupos não pararam de crescer, entretanto, mesmo quando a situação de Cuba já havia “esfriado”, eles foram surgindo e se organizando em organizações políticas e “contribuíram na formação do

³ A Intentona Comunista, também conhecida como Revolta Vermelha de 35 ou Levante Comunista, foi uma tentativa de tomada de poder contra o Governo autoritário de Getúlio Vargas. Foi liderada pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora, ocorreu em novembro de 1935, e foi rapidamente combatida pelas Forças de Segurança Nacional, deixando vários mortos.

ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964.” (MOTTA, 2000:294).

Dentre as organizações que surgiram nesse período estão a Liga Feminina Anticomunista, União Feminina Anticomunista, Centro Cívico do Brasil, Movimento Democrático Brasileiro, Mobilização Democrática Mineira, Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão e a Liga Cristã contra o Comunismo, Resistência Democrática dos Trabalhadores, Movimento Sindical Democrático, Patrulha da Democracia e o Grupo de Ação Patriótica. Além dos grupos que surgiram nessa época, existem aqueles que já existiam e se reestruturaram nesse período como a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da tradição, família e prosperidade, a Liga da Defesa Nacional e o Movimento por Um Mundo Cristão.

O fato de a maioria dessas organizações se declararem defensoras da democracia, sendo que o movimento anticomunista proposto por elas culminou em um golpe de estado que tirou do poder um presidente democraticamente eleito se mostra intrigante. Moniz Bandeira afirmou que o rótulo “democrática” era a marca registrada das organizações anticomunistas brasileiras (BANDEIRA, 1973:429). A falta de compromisso com a democracia da frente anticomunista, entretanto, não só foi notável no momento do golpe, mas

[...] Nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964. [...] No entanto, seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada. Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de Jango. Por outro lado, alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do suposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada. (MOTTA, 2000:306)

Para Motta (2000), o uso da democracia também era uma forma de aproximar-se dos valores ocidentais, isto é, dos Estados Unidos. Fica claro que os mesmos eram escolhidos para que as pessoas que estavam de fora do movimento e ainda buscando por uma posição frente a divisão em que o Brasil se encontrava, pudessem optar pela “democracia”, pela “família”, pelo “Brasil cristão”. Além disso, os nomes mostram estereótipos criados e disseminados sobre o comunismo ao longo de décadas e que até hoje estão presentes no imaginário da população, como a ideia de que o comunismo é anti cristão, anti família e antidemocrático.

Também foi de grande simbolismo a adesão de grupos de mulheres à causa anticomunista, que colocou no imaginário da população a ideia de que toda a população estava unida contra o comunismo e não só os homens, como era de costume. Essas mulheres conseguiram mobilizar um grupo social numeroso. “A força simbólica desta presença feminina

era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família.” (MOTTA, 2000:298).

As instituições mais influentes e mais dedicadas ao trabalho de propagar o anticomunismo no Brasil foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IBAD surgiu primeiro e ainda durante o governo de JK e tinha como objetivo combater o estilo populista do então presidente e o fazia através de sua revista Ação Democrática onde publicava propaganda anticomunista.

O IBAD começou a levantar suspeita, entretanto, quando se envolveu na campanha eleitoral de 1962 e devido ao fato as revistas serem gratuitas, mas impressas em material caro. A suspeita era de que a instituição era sustentada por instituições estrangeiras e acabou sendo confirmada já durante a ditadura, quando o General Hélio Ibiapina revelou à Folha de S. Paulo⁴ que o IBAD era, de fato, financiado pela CIA. À época, entretanto, os resultados da Comissão Parlamentar Investigativa não foram conclusivos sobre a origem do dinheiro, pois muitos parlamentares conservadores tentaram prejudicar a investigação. Mesmo assim, a instituição foi fechada por decreto de Jango.

Já o IPES surgiu em 1961, fundado por um grupo de empresários preocupados com a ascensão da esquerda e com o governo de Goulart:

Os objetivos iniciais do grupo se resumiam a propagandear os ideais liberais e democráticos, notadamente as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo e o estatismo. Para tanto financiaram publicações, distribuíram encartes através da grande imprensa e organizaram palestras. Mas, desde o início, alguns elementos filiados ao IPES se dedicaram a conspirar pela derrubada de Jango, para tanto estocando armas e fazendo contatos na área militar. Além disso, sob iniciativa da organização, foi estruturado um serviço de informações para acompanhar os passos dos inimigos esquerdistas. (MOTTA, 2000:300)

É inegável a importância dessas instituições para o surgimento da Onda Anticomunista que culminou no golpe de 1964 devido à grande influência que tinham sobre a população. Outra instituição que ocupou papel importante neste cenário foi a Igreja Católica. Em março e abril de 1964, a igreja católica organizou a “Marcha Com Deus”, o nome que não se limitava ao Cristo da igreja católica, buscava unir diversas religiões em torno do anticomunismo. Entretanto, não se pode dizer que o anticomunismo era unanimidade dentro da Igreja Católica. Alguns consideravam o comunismo como um problema secundário e outros se alinhavam a posições “esquerdistas” considerando que as reformas sociais eram fundamentais.

⁴ Folha de São Paulo, 23/09/98. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs23089810.htm>>

A campanha eleitoral de 1962 se destacou como um dos momentos de maior manifestação anticomunista. Segundo Motta, os conservadores se empenharam em derrotar os candidatos que consideravam comunistas para impedir a constituição de um apoio institucional sólido às propostas radicais. Muito dinheiro foi usado para essa campanha anticomunista, inclusive dinheiro proveniente de forças externas, como foi o caso do IBAD. Houve também participação da igreja, com alguns de seus membros fazendo declarações e pedindo para que o povo votasse em candidatos que não fossem comunistas. Quanto aos candidatos, a maioria usava frases apelativas para chamar atenção da população.

Foi durante a campanha eleitoral de 1962 que aumentou a intervenção dos Estados Unidos no processo político brasileiro, “ultrapassando, em muito, os níveis ‘normais’ de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo.” (FICO, 2008:77). O embaixador dos Estados Unidos no Brasil Lincoln Gordon - figura importante no processo que deu início ao golpe - afirmou que foram gastos cerca de US\$5 milhões de dólares em financiamento de candidatos favoráveis às políticas estadunidenses e contrários a Goulart (LEACOCK, 1990:121. apud FICO, 2008:77).

Foram várias as ações do governo estadunidense para desestabilizar o governo, dentre elas o direcionamento de recursos aos governos estaduais brasileiros, que John F. Kennedy identificou como “ilhas da sanidade”. A intenção era evitar que os recursos destinados à Aliança Para o Progresso fossem parar nas mãos de Goulart ou de governos estaduais esquerdistas como o de Brizola. Os Estados Unidos também financiaram a propaganda anticomunista. Em 1964, alguns dias antes do golpe, o USIS (United States Information Service) financiava propagandas na rádio, tv, imprensa, unidades móveis de exibição de filmes para reforçar o “centro democrático progressista” e a Aliança para o Progresso. “Em resumo, a USIS programou gastar aproximadamente US\$ 2 milhões de dólares com propaganda e atividades correlatas em 1964.” (FICO, 2008:80).

Depois desse período eleitoral de 1962, com a vitória de candidatos tanto conservadores quanto esquerdistas - Leonel Brizola, cunhado de Jango e alinhado com as demandas populares, foi eleito como deputado federal pela Guanabara - o foco voltou-se para o plebiscito de 1963, em que o eleitorado decidiu pela volta ao presidencialismo, devolvendo os plenos poderes ao presidente. O fato de que seria interessante que os poderes presidenciais fossem restaurados para que possíveis candidatos assumissem futuramente com os poderes do Executivo garantidos fez com que não houvesse muita lamúria quanto à essa volta ao presidencialismo. Nessa época,

também, os grupos conservadores estavam buscando uma aproximação com Goulart, que seria rompida caso o mesmo mostrasse qualquer afinidade com grupos esquerdistas, o que acabou acontecendo.

Com o fracasso do Plano Trienal⁵ e as atitudes “impopulares” de Goulart, os grupos de esquerda começaram a cobrar a adoção de transformações sociais rápidas e claras. Brizola foi um dos políticos mais marcantes nesse período, sendo inclusive considerado o Fidel brasileiro pelos conservadores. O presidente foi acusado de compactuar com o cunhado, Jango. Em oposição à Brizola e representando os conservadores, o governador carioca Carlos Lacerda fazia declarações e atuava de forma a provocar à esquerda.

A deterioração dos salários gerada pela taxa inflacionária de 78,4% naquele ano fez com que os trabalhadores se unissem em uma onda de greves a partir de abril e maio de 1963 e que ocorreram com frequência e com o apoio de diversas categorias até 1964. No início desse ano, por exemplo, Brasília ficou sem gás, bondes, telefones e eletricidade.⁶ Os grupos conservadores preferiram ficar alheios e ignorar a situação econômica e social que o Brasil enfrentava e considerar que essas greves eram parte da conspiração revolucionária proposta pelos comunistas.

A relativa paz que o país viveu nos primeiros meses de 1963 teve fim e a denúncia agora, por parte dos anticomunistas, era de infiltração. Para os conservadores, os “comunistas” estavam infiltrados nas organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes. Segundo Sônia Seganfredo, a UNE “tornou-se uma das maiores células do comunismo internacional instalada em nosso território [...]” (SEGANFREDO, 1963:10 apud MOTTA, 2000:315). Também havia suspeita, por parte dos conservadores, de que haviam comunistas infiltrados em órgãos do governo como o Ministério da Educação,

De onde comandariam planos de alfabetização de conteúdo subversivo, bem como desviariam verbas para financiar as atividades revolucionárias da UNE. Além disso, a esquerda era acusada de implantar reformas nos currículos de ensino oficiais, para corromper os jovens com a ideologia comunista. (MOTTA, 2000:316)

Os comunistas estariam infiltrados também no Ministério do Trabalho, no Itamaraty, nas Forças Armadas, na Casa Civil e Militar, na rede de telégrafos e até mesmo na Petrobras (Ibidem).

⁵ O Plano Trienal era uma resposta política para a deterioração do comércio externo e a disparada da inflação, que se encontrava em 1963 na taxa de 78,4%.

⁶ “Greve se intensifica: Rio sem gás”. Correio da Manhã, 15/01/64, p.1. apud Motta, 2000: 316.

Goulart não conseguia mais controlar a situação política e econômica do país, então em 4 de outubro de 1963, pediu ao Congresso autorização para decretar Estado de Sítio. Os conservadores passaram a achar que seria uma tática para a tomada de poder pelos comunistas e a esquerda começou a achar que seria uma tática para tomada de poder pelos conservadores. De fato, segundo Elio Gaspari (2002), Jango estava tentando um golpe, mas não foi apoiado pela esquerda, o que fez com que ele acabasse retirando o pedido. Nesse momento, grupos centristas começaram a se unir aos conservadores anticomunistas, dando força a esse movimento.

A situação política estava tensa no país e todos aguardavam um posicionamento de Goulart. O que os conservadores temiam era que Jango ajudasse os comunistas em um possível golpe, eles sabiam que os comunistas não tomariam o poder sozinhos, por isso a preocupação com os posicionamentos do presidente era enorme. Goulart não ficaria mais “em cima do muro”, em dezembro de 1963 o presidente começou a tomar medidas favoráveis à esquerda, havendo boatos sobre Leonel Brizola ocupando um cargo importante na Pasta da Fazenda ou da Justiça. Um jornalista do Estado de São Paulo afirmou: “É a vitória do sr. Leonel Brizola e a guinada definitiva para a esquerda e ... para o caos!” (MOTTA, 2000:319).

Em janeiro de 1964 a polarização do Brasil era mais clara do que nunca. Grupos anticomunistas ganharam forças, Goulart aparentava compactuar com a esquerda e esta aumentava a mobilização para fazer frente aos conservadores. “A cronologia da crise mostra uma sucessão de eventos conflituosos e manifestações de radicalismo de ambas as partes, numa escala crescente do final de janeiro ao final de março, com uma breve pausa durante o carnaval, naturalmente.” (MOTTA, 2000: 320).

Em 13 de março, Goulart preparou um comício em frente à Central do Brasil (ao lado do Ministério da Guerra), onde lançou uma ofensiva pública em favor das reformas de base. Assinou dois decretos. Um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo (GASPARI, 2002:47). Após o comício, o presidente enviou ao Congresso solicitação de emenda da Constituição para que conseguisse realizar as reformas de base. O país estava dividido.

O conservadorismo paulista respondera ao comício do dia 13 com uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade em que se reuniram perto de 200 mil pessoas com faixas ameaçadoras (“Tá chegando a hora de Jango ir embora”) e divertidas (“Vermelho bom, só batom”). O Congresso, com maioria conservadora, mostrava-se disposto a bloquear os projetos de reforma e a cozinhar o surto esquerdista até o ano seguinte. (GASPARI, 2002:48)

Ainda em março, o Ministro da Marinha mandou prender doze graduados acusados de transformar a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais numa entidade parassindical, monitorada pelo Partido Comunista. Em protesto, sargentos, cabos e marujos agruparam-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e ficaram lá por quatro dias exigindo que as punições aos seus companheiros fossem revogadas. Até mesmo fuzileiros enviados para acabar com o “motim”, acabaram aderindo a revolta, que só foi contida quando oficiais do Gabinete da Presidência conversaram com o líder da revolta, propondo um acordo. Os marinheiros presos foram transferidos para o Exército e logo depois de soltos, saíram às ruas do Rio de Janeiro em comemoração. Logo depois o ministro da Marinha se demitiu e Jango nomeou Paulo Mário da Cunha Rodrigues, próximo ao PCB. “O almirante, de 68 anos, estava fora da tropa desde 1959 e mal completara três dias na cadeia.” (GASPARI, 2002: 50).

Havia rumores sobre golpe de ambos os lados. Brizola repetia: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (GASPARI, 2002:52), enquanto o suposto golpe de Jango pretendia mantê-lo no poder, amparado pelo seu “dispositivo militar” (suposta lealdade de militares e sindicalistas que o manteria no poder), o golpe dos conservadores pretendia tirá-lo do mesmo. Segundo Gaspari, “a árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda.” (Ibidem). No dia 30 de março, Jango foi a um encontro de suboficiais e sargentos das Forças Armadas Automóvel Clube. Essa foi a fagulha que os conspiradores estavam esperando para dar início ao golpe. Em 31 de março de 1964

As tropas sob comando do Gal. Olympio Mourão Filho partiram de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. O dispositivo militar do governo ruiu com uma facilidade desconcertante, à medida que unidades legalistas aderiam à “revolução” e se voltavam contra Goulart. De maneira surpreendente para todos os envolvidos, o conflito foi resolvido sem que uma guerra civil ensanguentasse o país. O Presidente seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só voltaria morto, doze anos depois, e o novo poder se instalou. (MOTTA, 2000:332)

Carlos Fico considera necessário distinguir a campanha de desestabilização do governo Goulart que começou em 1961 da conspiração que culminou no golpe.

Ou seja, podemos comprovar amplamente que uma enorme campanha de desestabilização foi patrocinada, desde, pelo menos 1962, por organizações brasileiras e norte-americanas (sobretudo a USIS, o serviço de informações, mas outras agências dos Estados Unidos também atuaram). Em relação ao golpe, propriamente dito, existem evidências de sua preparação “apenas” a partir de 1963. Por isso é necessário distinguir a campanha de desestabilização” (do governo Goulart) da “conspiração” (para a derrubada do governo Goulart), diferenciação que não é bizantina ou acadêmica porque ajuda a entender de maneira mais refinada o que aconteceu naqueles anos. (FICO, 2008:76)

Apesar de possuir oposição desde o início de seu governo, em 1961, não se pode afirmar que a sociedade civil apoiava um golpe contra Goulart. Essa primeira parte do capítulo

demonstrou, brevemente, a participação da sociedade civil nesse processo de “desestabilização” mencionado por Fico, sendo que a participação dos militares nesse processo não foi intensiva. O processo conspiratório, entretanto, foi articulado pelos militares em conjunto com forças externas (os Estados Unidos) e foi o que, de fato, tirou Jango do poder e deu início aos 21 anos de governo repressivo que o Brasil viveu. A segunda parte deste capítulo irá tratar da conspiração que culminou no golpe.

3.2. Do Plano de Contingência para o Brasil à Operação Brother Sam

Às 11h30 da manhã de 31 de março de 1964, quando Mourão mal tinha tirado seu roupão de seda vermelho [...] estavam reunidos em Washington o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de Defesa, Robert McNamara, o chefe da junta de chefes de Estado-Maior, general Maxwell Taylor, e o diretor da CIA, McCone. A agenda tinha seis itens. O quarto era um relatório sobre “a capacidade de apoio aéreo e naval americano” aos revoltosos. A Casa Branca acordara cedo. Uma hora e vinte minutos depois dessa reunião, enquanto Mourão dormia a sesta, o contra-almirante John Chew, vice-diretor de operações navais, ordenava ao comandante-em-chefe da Esquadra do Atlântico o deslocamento de um porta-aviões à frente de uma força-tarefa para a “área oceânica nas vizinhanças de Santos, Brasil”. (CORRÊA, 1977:32)

A operação descrita na epígrafe acima, que recebeu o nome de Brother Sam⁷ estava sendo planejada há algum tempo pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil: Lincoln Gordon. Ela surgiu do Plano de Contingência nº2-61, que foi um plano mais amplo para a derrubada de Goulart, e mais tarde acabou ganhando uma força-tarefa naval que ganhou o nome de Brother Sam.

Entre os 31 milhões de documentos que a Biblioteca Lyndon Baines Johnson guarda Austin, no Texas, da passagem pelo presidente na Casa Branca, 17 comunicados do Estado-Maior Conjunto Norte-americano registram a operação militar, que no dia 31 de março de 1964 foi acionada para marcar a presença dos Estados Unidos no litoral brasileiro durante os dias em que o Governo Goulart caía. (CÔRREA, 1977:15)

Dos documentos⁸ que serão analisados neste capítulo, o primeiro que faz menção a uma operação no Brasil é o “*Proposed Contingency Plan For Brazil*” que data de 11 de dezembro de 1963 e foi escrito pelo então embaixador Lincoln Gordon e por Benjamin H. Head, então

⁷ O nome é uma referência ao “tio Sam”, personificação dada aos Estados Unidos e que se tornou um dos símbolos nacionais mais famosos do mundo.

⁸ Esses documentos foram encontrados, em sua maioria, nos sites National Security Archive da George Washington University e no site Discover LBJ, a biblioteca online de Lyndon B. Johnson. Todos os documentos sobre a Operação Brother Sam estão disponíveis na biblioteca de Lyndon B. Johnson, em Austin, Texas. Na versão online pude encontrar alguns documentos, porém a mesma não é tão completa quanto a versão física. A maioria dos documentos que irei mencionar adiante foram encontrados no site da George Washington University. Quando a versão online for disponibilizada, colocarei os documentos em anexo, quanto aos documentos que não pude encontrar online, tive acesso através dos livros de Marcos Sá Corrêa (1977), Phyllis R. Parker (1977), Carlos Fico (2008) e Ernest R. May (2001). Os mesmos serão devidamente referenciados quando for o caso.

Secretário Executivo do Departamento de Estado estadunidense, que não foi tão ativo nos planejamentos que vieram a seguir, e por isso, não é considerado tão importante para o estudo desse caso. O documento foi enviado em 6 de janeiro de 1964 ao conselheiro de Segurança Nacional McGeorge Bundy e outros funcionários do presidente Lyndon Johnson.

É importante ressaltar a importância da figura de Gordon para o desenrolar da conspiração e do apoio indireto dos Estados Unidos a ela,

Conforme entrevista concedida por Thomas E. Skidmore: “Lincoln Gordon era realmente um produto da Guerra Fria, e sua missão era, como ele mesmo afirmou, garantir que o Brasil não se tornasse comunista”.[...] Assim como muitos de seus pares, Gordon via o mundo em branco e preto: se um país não estava alinhado com os Estados Unidos, era aliado da União Soviética. Consequentemente, as preocupações demonstradas por Gordon em relação ao clima político brasileiro, enquanto esteve à frente da embaixada, refletem esses valores. Por exemplo, Gordon refere-se ao golpe que usurpou o mandato legal de Goulart como “Revolução”, utilizando a mesma terminologia dos militares. Os conspiradores são chamados de democráticos, apesar de seus propósitos extralegais. (GREEN, JONES, 2009: 73)

Apesar de o primeiro documento que menciona um plano em si ter sido escrito apenas em 1963, no livro “*The Presidential Recordings of John F. Kennedy, The Great Crises, Volume One*” de Ernest R. May em que foram transcritas uma série de gravações secretas de reuniões do presidente John F. Kennedy, consta uma reunião realizada em 30 de julho de 1962 em que Lincoln Gordon, Richard Goodwin e o próprio Kennedy discutem a situação no Brasil e planejam o que fazer com o presidente populista João Goulart. Traduzi parte da conversa, que menciono abaixo, e na qual fica clara a defesa de medidas repressivas e o apoio à uma intervenção militar, desde que seja para frear o comunismo:

“- Gordon: Eu acho que uma de nossas tarefas importantes é fortalecer a espinha das Forças Armadas. Deixar claro, discretamente, que nós não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, se estiver claro que a razão para a ação militar é -

- Presidente Kennedy: Contra a esquerda.
- Gordon: - ele está dando o maldito país para os -
- Presidente Kennedy: Comunistas.” (MAY, 2001:18)

A conversa continua mostrando intenções reais de apoiar uma intervenção militar no Brasil. Gordon afirma: “os militares são muito amigáveis conosco: muito anticomunistas, suspeitam muito de Goulart [...]” mas “[...] não estão unidos. Essa é uma das coisas que torna complicado.” (MAY, 2001:19). Nessa reunião, os diplomatas mostraram suas intenções de enviar uma pessoa para estabelecer melhores relações com os militares, mas não decidiram

exatamente quem iriam enviar.⁹ Talvez essa desunião dos militares, mencionada por Gordon, somada com a falta de conjuntura que justificasse a intervenção à época, tenha retardado a intervenção que estava sendo proposta naquele momento, ainda em 1962.

A preocupação que o governo estadunidense tinha com o governo de Goulart e a consequente tentativa de desestabilização do mesmo também pode ser percebida no documento intitulado “*U.S. Short Term Policy Toward Brazil*”¹⁰, de 11 dezembro de 1962. Nele, são feitas recomendações ao presidente brasileiro que tratam das políticas econômicas desenvolvidas por ele. O documento afirma que os Estados Unidos estão dispostos a colaborar com Goulart, mas ele precisa colaborar também, pois a assistência ao Brasil só será dada “depois que o Brasil tiver tomado passos significativos, tanto econômicos quanto políticos, e deve ser gradual de acordo com a performance do Brasil em tal programa.”¹¹

Ainda nesse documento, são mencionadas possíveis alternativas de ação por parte dos Estados Unidos. A primeira delas é “não fazer nada e permitir que o movimento do presidente continue”, a segunda e mais significativa é “colaborar com elementos brasileiros hostis à Goulart com o objetivo de provocar sua derrubada”, a última alternativa proposta é “buscar mudar a orientação política e econômica de Goulart e seu governo”.¹²

A última alternativa é escolhida neste documento, entretanto, a justificativa para não escolher a segunda é que não existem evidências suficientes de “a) oposição militar e lideranças civis efetivas no Brasil em condição de agir prontamente; b) um movimento de oposição organizado com atual capacidade e vontade de derrubar o governo de Goulart; c) uma capacidade do governo estadunidense de estimular tal operação com sucesso”¹³ O documento termina alegando que a possibilidade de mudança para a segunda alternativa deve ser mantida, mas que a última alternativa deve ser testada antes dessa mudança.

Apesar desse documento ser de 1962, documentos posteriores indicam que os Estados Unidos mantiveram a opção “colaborar com elementos brasileiros hostis à Goulart com o objetivo de provocar sua derrubada” dentre as possibilidades de ação por parte dos EUA diante da suposta ascensão do comunismo no Brasil e, assim como indica o documento, esperaram

⁹ Vernon Walters acabou sendo enviado, já que tinha diversas ligações com militares brasileiros, e passou a fornecer informações ao governo estadunidense de acordo com o que ele obtinha de conversas com seus colegas militares.

¹⁰ Anexo 1, p.69

¹¹ Anexo 1, p.69

¹² Anexo 1, p.70

¹³ Anexo 1, p.70

que surgissem (ou instigaram o surgimento?) grupos civis e militares que se opunham ao governo de Goulart.

Um outro documento intitulado “*Minutes of the National Security Council Executive Committee Meeting*” afirma que o presidente Kennedy aprovou as recomendações das políticas de curto prazo sugeridas no outro documento e que uma equipe seria enviada ainda naquele mês para conversar com Goulart.¹⁴

O documento que data do dia 19 de dezembro de 1962, intitulado “*Minutes of Conversation between Brazilian President Joao Goulart and Attorney General Robert F. Kennedy*” mostra que Kennedy enviou seu irmão General Robert F. Kennedy, acompanhado de Gordon, para conversar com Goulart. O documento possui 17 páginas e a reunião durou mais de 3 horas, nela RFK fala dos grupos antiamericanos e dos comunistas infiltrados no Brasil, e também alega que seu irmão Kennedy está muito preocupado com a situação econômica do país e pede pra Goulart colocar sua “casa econômica e financeira em ordem”. Quando Goulart defendeu suas políticas, Gordon e Kennedy sentiram que não estavam chegando a lugar algum, e de fato, não chegaram.

Em 21 de agosto de 1962 Gordon se mostrava preocupado com a situação no Brasil, inclusive afirmando em um documento que lhe parecia cada vez mais óbvio que Goulart tomaria o poder instaurando um regime peronista.

Parece-me cada vez mais claro que o objetivo de Goulart é perpetuar-se no poder através de uma repetição do golpe de Vargas em 1937, instaurando um regime semelhante ao peronismo, com seu extremo nacionalismo antiamericano. O perigo da tomada de poder pelos comunistas decorre da total incompetência de Goulart para compreender ou resolver sérios problemas econômicos, administrativos, e outros quaisquer. (GREEN, JONES, 2009:74)

A transcrição¹⁵ de uma conversa entre Kennedy e Gordon no dia 7 de outubro de 1963 mostra novamente a preocupação do presidente e do embaixador em relação ao Brasil. Kennedy questiona Gordon sobre o que deve ser feito e se ele vê uma situação em que eles irão achar necessário intervir militarmente. Gordon, indicando já estar trabalhando com essa possibilidade, diz: “Bom, essa é a outra categoria, que eu chamo de ‘Contingência Possivelmente Perigosa Que Requer Ação Rápida’. Essa é uma das difíceis. O tipo de coisa que - estamos trabalhando num papel, que deveríamos ter agora, mas não temos [...]”

¹⁴ Anexo 2, p.73

¹⁵ Anexo 3, p.74. Trechos da transcrição feita por James G. Hershberg (George Washington University) com assistência de Marc Selverstone.

O documento em que Gordon menciona já estar trabalhando é, provavelmente, o já citado plano de contingência 2-61. Com o título “*Proposed Contingency Plan for Brazil*”¹⁶ ou “Proposta de Plano de Contingência para o Brasil”, o documento com 7 páginas escrito pelo embaixador Gordon e pelo secretário executivo Head, de 11 de dezembro de 1963, destinado ao conselheiro de segurança nacional da presidência dos Estados Unidos, McGeorge Bundy, elabora um plano com possíveis medidas a serem tomadas pelos Estados Unidos diante de determinados cenários e em caso de “tentativa de mudança do caráter do regime brasileiro”. No primeiro parágrafo do texto, Gordon e Head explicam:

Contingência, no sentido em que será empregado de agora em diante se refere a qualquer tentativa importante de mudar significativamente, pela violência ou por outros meios, o caráter do regime que governa o Brasil. O presente documento não deve ser interpretado como sendo uma previsão de que o regime Goulart, conforme é constituído atualmente, será derrubado. Tampouco é política do governo dos EUA procurar provocar a derrubada do regime Goulart. (GORDON, HEAD, 1963 apud FICO, 2008:296, tradução nossa)

Inicialmente, o documento elenca algumas premissas. Dentre elas, a necessidade de se manter contato secreto com os conspiradores brasileiros e afastamento dos ideais desses grupos conservadores para que Goulart não interprete a ação dos EUA como uma intervenção e, devido a isso, decida fortalecer seus próprios poderes. O documento também alega que uma contingência só poderá ser efetiva se tiver apoio dos militares. Sem esse apoio, qualquer revolta de direita ou de esquerda, pode ser contida. Por fim, alega que os grupos direitistas ficariam receosos em pedir apoio aos EUA, a menos que houvesse indicações claras de intervenção soviética ou que a presença dos EUA se mostrasse essencial para evitar a tomada de controle pelos comunistas no Brasil.

Para Carlos Fico (2008), a estratégia do plano se mostrou clara:

Como é comum nesse tipo de documento, embora se trate de elencar diversas possibilidades de diagnóstico e linhas de ação, que o caracterizariam como um “documento aberto”, na verdade ele era a defesa de um ponto de vista estabelecido, de uma opção já escolhida por seu autor, o que se revela, por exemplo, na listagem de alternativas improvabilíssimas (como a intervenção soviética no Brasil) que, por serem descartáveis, induziam à escolha da restante (hipótese de o país tornar-se comunista). (FICO, 2008:89)

São quatro os possíveis cenários elencados por Gordon. Para cada um, ele apresenta uma alternativa de ação em seguida. O primeiro cenário é a tomada de poder por grupos de extrema esquerda contra o governo de Goulart com o apoio de um segmento das forças armadas,

¹⁶ Carlos Fico (2008), p.295-302.

que Gordon considera altamente improvável devido a relutância da esquerda em agir contra o governo e principalmente devido a provável falta de apoio das forças armadas.

O segundo cenário é “a resistência declarada e organizada de forças democráticas de dimensões relativamente grandes, contando com apoio militar considerável, contra o esforço de Goulart de tomar o poder autoritário”. Segundo ele, esse cenário ocorreria se houvesse intervenção nacional em algum Estado ou se houvesse, por exemplo, o fechamento do Congresso, ou qualquer outra ação vista como ameaça à democracia. Gordon ainda afirma que Goulart provavelmente iniciaria uma ditadura do tipo peronista e não comunista. No caso desse cenário - que parece ser o favorito de Gordon - ocorrer, os Estados Unidos deveriam evitar apoiar Goulart por meio de pronunciamento ou fornecimento de armas, e deveriam manter uma postura não intervencionista inicialmente, mas buscando maneiras de dar assistência às forças democráticas.

Se uma parte significativa do território nacional ficasse sob o controle das forças democráticas, seria altamente desejável a formação de um governo provisório alternativo para poder solicitar ajuda. Em tal caso, os Estados Unidos poderiam muito provavelmente dispor-se a fornecer apoio sigiloso ou mesmo declarado, especialmente apoio logístico. (GORDON, HEAD, 1963 apud FICO, 2008:300, tradução nossa)

Nesse momento do texto, Gordon parece estar dando sugestões de ação para aqueles que tivessem interesse de tomar o poder no Brasil. Segundo ele, seria necessário a formação de um governo provisório alternativo para que os EUA pudessem fornecer apoio, “é bastante estranho que sugestões aos conspiradores brasileiros - dos quais dependeria a formação de um tal governo provisório -, constem no plano, exceto se ele devesse ser observado também pelos conspiradores não americanos” (FICO, 2008:91).

Ainda falando sobre a segunda alternativa de contingência, Gordon afirma a necessidade de cautela quanto aos passos preparatórios que pudessem ser identificados prematuramente e dar a entender que os EUA estão planejando uma intervenção no Brasil. Isto é, o embaixador sabia que o que ele estava fazendo era planejar uma intervenção, o que ele queria evitar é que isso fosse descoberto, para que futuramente, pudesse dizer que os Estados Unidos agiram às pressas diante do golpe no Brasil.

O terceiro cenário é muito parecido com o primeiro, mas dessa vez Goulart seria persuadido a sair do poder e isso “provavelmente aconteceria em decorrência de um estado de exasperação coletiva acumulada com o caos político e econômico progressivamente mais perturbador.” (GORDON, HEAD, 1963 apud FICO, 2008:298, tradução nossa). Nesse cenário,

assim como no segundo, Gordon se preocupa em descrever um plano de ação, tanto para os EUA, quanto para quem quisesse tomar o poder no Brasil. Alega que

Não haveria problema nenhum para os EUA na eventualidade de uma mudança constitucionalmente arquitetada, com Goulart sendo ‘persuadido’ a afastar-se e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, o sucedendo, conforme manda a Constituição, até que o Congresso, num prazo de 30 dias, elegeisse um novo presidente. (GORDON, HEAD, 1963 apud FICO, 2008:301, tradução nossa)

Também comenta sobre a possibilidade de uma tomada de poder pelos militares, com quem os Estados Unidos deveriam ser amistosos e construtivos, mas exercendo pressão para o retorno rápido das vias democráticas constitucionais. Esse cenário de fato ocorreu e os Estados Unidos foram amistosos, entretanto só foram exercer pressão sob os governos militares a partir do governo de Médici, que ficou conhecido pelas ações repressivas.

O último, e menos provável, cenário apresentado foi a tomada do poder por ultranacionalistas de esquerda com ou sem o apoio de Goulart. Gordon nem se prolonga muito sobre essa alternativa, obviamente porque escreveu o documento sabendo que o escolhido seria o segundo cenário. Kissinger (1979) fala sobre “a tradição da burocracia de, ao apresentar opções, situar a preferida entre duas absurdas.” (KISSINGER, 1979 apud FICO, 2008:90). É o que acontece nesse caso. Gordon situa as duas alternativas que considera improváveis entre as alternativas que ele verdadeiramente acreditava. Por fim, Gordon acrescenta a possibilidade de apoio comunista externo e diz que, nesse caso, os Estados Unidos deveriam promover uma intervenção abertamente e buscar maneiras de impedir que aconteça.

O que surpreende é a coincidência entre o plano traçado em dezembro de 1963 pelo embaixador estadunidense e a ação dos conspiradores em março de 1964. “Trata-se de um indício eloquente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões estabelecidas em 1963, no plano de contingência norte-americano.” (FICO, 2008:91). O fato, por exemplo, de que os conspiradores tiveram o cuidado de formar um governo alternativo¹⁷ controlando uma parte significativa do Brasil; assim como o fato de eles terem pedido por legitimação internacional, demonstrando uma situação de beligerância ou insurgência - que no universo diplomático faz com que o novo governo seja reconhecido -, mostra que os militares provavelmente haviam seguido as instruções demonstradas no documento ou que essas informações chegaram até eles de alguma outra forma.

¹⁷ Afonso Arinos de Melo Franco confessou em seu livro de memórias: “em fins de março, Magalhães enviou ao Rio Osvaldo Pieruccetti, em avião especial, para buscar-me. Eu seria nomeado secretário de Governo, com o fim especial de obter, no exterior, o reconhecimento do Estado de beligerância, caso a revolução se transformasse em guerra civil demorada, como justificadamente receávamos.” (FRANCO, 1965:244)

Além disso, assim como recomendava o documento, os conspiradores também

“Implementaram o controle militar temporário [...], a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente. Ainda do ponto de vista estratégico geral, o plano estabelecia que, no caso de algum tipo de confronto, nenhum apoio seria dado a Goulart, muito ao contrário, já que os Estados Unidos deveriam ‘providenciar apoio secreto ou mesmo aberto [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição), mas intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado” (FICO, 2008:93).

A diretriz apresentada no plano de contingência de intervir com força apenas se houvesse intervenção soviética ou cubana foi o que abriu espaço para a criação da força-tarefa naval chamada de Brother Sam. Mesmo que não houvesse, de fato, intervenção de grupos comunistas externos, sempre foi muito fácil para grupos conservadores alegar essa intervenção, como pudemos notar na primeira parte deste capítulo, como se o fato de a esquerda crescer no Brasil significasse a existência de forças soviéticas ou cubanas infiltradas.

O documento “*Internal Defense Plan for Brazil*” ou “*Country internal defense plan*”¹⁸ do dia 20 de março de 1964, também redigido por Gordon, deixa claro que a ameaça que os Estados Unidos veem no Brasil está ligada ao tamanho e na importância do país e também enfatiza que “apesar de o Brasil ainda manter um sistema político mais ou menos democrático e uma orientação pró-ocidente, uma séria degeneração da estabilidade política e econômica está em progresso.” (GORDON, 1964 apud FICO, 2008:303). Esse documento, segundo Fico (2008), “era um instrumento para avaliar as condições de segurança de um dado país em relação às ameaças internas que pudessem pôr em risco os interesses norte-americanos.” (FICO, 2008:95).

Segundo o documento, alguns fatores agravavam a situação política do país e dentre esses fatores estão o fato de o Congresso estar fragmentado, a existência de ministros medíocres e a suposta infiltração de comunistas, peronistas, ultranacionalistas sob a administração de Goulart. Além disso, o documento dizia que esse plano de defesa interna havia recebido impulso e havia sido financiado após o fechamento de um acordo entre o governo brasileiro e o governo estadunidense.

Nesse documento, Gordon também informa que “as autoridades do Exército brasileiro apresentaram seus planos aos representantes dos EUA no Brasil e indicaram que será solicitada ajuda específica na área de segurança interna, inclusive veículos blindados.” (GORDON, 1964 apud FICO, 2008:303). Essa decisão partiu da renovação do acordo militar entre os Estados

¹⁸ Disponível em: FICO, 2008: 303-309

Unidos e o exército brasileiro, realizada pelo então Ministro João Augusto de Araújo Castro, que estava à frente do Itamaraty entre agosto de 1963 e março de 1964. É importante ressaltar que esse acordo foi renovado sem que Goulart fosse consultado (FICO, 2008:96).

No dia 20 de março ainda, o então presidente dos EUA, Lyndon B. Johnson, autorizou, durante uma reunião na Casa Branca, a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira, caso fosse necessário (GASPARI, 2002:59). No dia 27 de março, um memorando pessoal do Embaixador Gordon informava ao governo americano que a crise se aproximava de um desfecho com a provável queda de Goulart e que Castelo Branco era o principal líder da “revolução” que seria deflagrada (CORRÊA, 1977:20-24). Gordon mostrava ter certeza que Goulart tomaria poderes ditatoriais, com o apoio do Partido Comunista e de outros revolucionários da esquerda radical.

No dia 28 de março, em um novo documento, Gordon achava que a vitória das forças amistosas viria sem a participação militar e logística dos Estados Unidos, mas não descartava a possibilidade de intervenção aberta, por isso pedia que fosse feita uma entrega clandestina de armas de origem não-americana. Gordon também especificava neste documento que “as provisões logísticas deveriam satisfazer as exigências especificadas no plano de contingência para uma força-tarefa conjunta.” (FICO, 2008:97).

No dia 29 de março, um telegrama¹⁹ de Gordon reitera a “múltipla” necessidade de haver um carregamento secreto de armas “pré-posicionadas antes do desencadear da violência” para serem “usadas pelas unidades paramilitares que trabalham com grupos militares democráticos” e recomenda uma declaração pública pela administração “para reassegurar o grande número de democratas no Brasil de que não somos indiferentes ao perigo de uma revolução comunista aqui”. Nesse documento, Gordon também informa que não pretende que a operação naval seja encoberta.

Um documento²⁰ do dia 30 de março transmitido pela CIA declara que “uma revolução pelas forças anti-Goulart certamente avançará esta semana, provavelmente nos próximos poucos dias”. O telegrama também transmite informação sobre planos militares para “marcha em direção ao Rio”. A “revolução”, previa a fonte de inteligência, “não será resolvida rapidamente e será sangrenta”.

No dia 31 de março, data em que os conspiradores efetuaram o golpe, um documento ultrassecreto destinado ao Comandante em chefe do Atlântico (CINCLANT), ao Comandante

¹⁹ Anexo 4, p.76

²⁰ Anexo 5, p.79.

em chefe das Forças de Ataque (CINCSTRIKE) e ao Comandante em chefe do Sul (CICSO) - também endereçado à Casa Branca, à CIA, ao Departamento de Estado e ao gabinete do Secretário de Defesa para facilitar a divulgação de informação aos órgãos interessados - redigido por John L. Chew, contra-almirante da Marinha dos Estados Unidos (USN), pede o envio de porta aviões e de força-tarefa de apoio logo que possível. sendo o destino inicial a área oceânica nas vizinhanças de Santos. O documento, traduzido por Marco Sá Corrêa, diz que “a finalidade da Força-Tarefa de porta-aviões é manter presença norte-americana nesta área quando ordenado, e estar preparada para cumprir missões que venham a ser ordenadas.”²¹ O documento ainda pede que seja mantido sigilo sobre o local para onde se destinava a força-tarefa.

O objetivo básico da operação, segundo Corrêa (1977), “não era de apoio bélico, mas estratégico. Havia o temor de que o movimento no Brasil viesse a ser derrotado pela falta de combustível, se as lutas se estendessem por muito tempo.” (CORRÊA, 1977:16). No documento “*Internal Defense Plan for Brazil*” o embaixador Gordon afirmava que os “equipamentos dos militares e da polícia eram antiquados ou obsoletos e as forças policiais em todo o país seriam incapazes de arcar com distúrbios internos sérios sem a ajuda do Exército.” (FICO, 2008:96).

No dia 31 de março também foram enviados uma série de outros documentos²², solicitando armamento, navios, helicópteros, entre outros equipamentos para fornecer apoio logístico aos conspiradores brasileiros. Ao todo, aliás, a operação contou com um porta-aviões, seis destróieres, um navio para transporte de helicópteros, quatro petroleiros, aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um porto de comando aerotransportado. (CORRÊA, 1977:15).

Ainda no dia 31, o embaixador Gordon recebeu do secretário de Estado, Dean Rusk, um telegrama²³ avisando que algumas decisões foram tomadas a fim de oferecer assistência às forças anti-Goulart e mencionando todo o suporte logístico que seria dado. Dentre as decisões tomadas estão o envio de petroleiros americanos carregados com gasolina, gásóleo e lubrificantes de Aruba para Santos, reunir 110 toneladas de munições e outros equipamentos para as forças pró-golpe, e despachar uma brigada naval incluindo um porta-aviões, vários destroyers e navios de escolta para ficarem posicionados ao longo da costa do Brasil.

²¹ Anexo 6, p.81.

²² Documentos disponíveis em: CORRÊA, 1977:28-41

²³ Anexo 7, p.83

Apesar de tantos telegramas trocados para solicitar o apoio logístico, no dia 1º de abril de 1964, num memorando da Casa Branca destinado a Mr. Bundy e escrito por Gordon Chase se lê: “Gordon disse que o golpe está 95% completo. Branco tomou o Rio. Ele afirmou que não precisa de nossa ajuda [...] Temos relatórios firmes razoáveis que Mazzilli, na falta do presidente, anunciou que está pronto para assumir como líder temporário”.²⁴ Estava dispensada, portanto, a operação Brother-Sam, que começou a ser desmontada no dia 3, depois que Dean Rusk e Robert McNamara apresentaram a informação ao presidente Johnson. No dia 2 de abril, uma teleconferência entre a embaixada do Rio e a Casa branca demonstra a preocupação de Gordon com a constitucionalidade da posse de Mazzilli, já que nem todo o parlamento havia reconhecido a posse e a presidência ainda não estava vaga (CORRÊA, 1977:134).

Ainda no dia 2, um documento da CIA²⁵ reportava que o presidente deposto havia partido para Montevideo. Jango só chegou a Montevideú no dia 4,

mas isso já não tinha a menor importância. Johnson telegrafara a Mazzilli na noite do dia 2 apresentando-lhe “calorosos votos de felicidade” e proclamando que “as relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e no mundo”. Por via das dúvidas, cortou-se um trecho da minuta, evitando se dizer que a posse se dera “de acordo com as disposições constitucionais”. (GASPARI, 2002:113)

No dia 3, Rusk encaminhou um telegrama para Gordon perguntando se já podia dispensar os navios petroleiros que estavam no aguardo de ordens para se dirigir à Santos. Segundo o secretário de Estado, se os navios prosseguissem para o Brasil, haveria despesas de US\$2,3 milhões que, estando a operação desativada militarmente, não poderiam ser assumidos pelo Departamento de Defesa, ou seja, seria necessário o “reembolso pelo governo brasileiro”. A operação “que se iniciou motivada pelas avaliações quase irracionais de Gordon, terminava reduzida à racionalidade do ‘quem paga?’. O Brasil, aparentemente, escapou de pagar para quase ser invadido.” (FICO, 2008:99).

Embora o Embaixador Lincoln Gordon tenha declarado, em 1996, em uma Audiência no Senado dos EUA, que o golpe de 1964 foi um “produto 100% brasileiro”²⁶, no dia 13 de abril de 1964, ele enviou ao Assistente Especial do Presidente, Ralph Dungan, um telegrama com a seguinte frase: “O melhor tipo de estratégia preventiva é sempre aquele que não se precisa

²⁴ Anexo 8, p.85

²⁵ Anexo 9, p.86.

²⁶ “O movimento que derrubou o Presidente Goulart era 100 por cento — e não 99,44 — mas 100% um movimento puramente brasileiro... Nem a Embaixada Norte-Americana, nem eu, pessoalmente, tivemos qualquer participação no processo.”

pôr em prática, mas foi-nos muito confortante saber que não estaríamos desamparados no caso de um resultado menos feliz.” (PARKER, 1979:129).

Os Estados Unidos não precisaram ajudar militarmente os conspiradores brasileiros, mas o fato de o país ter instigado a possibilidade de um golpe, inclusive indicando aos conspiradores como fazer para que o novo governo fosse reconhecido, é também contribuir para que o golpe fosse efetivado. O fato de terem disponibilizado navios, armas, munições, mesmo que não precisassem ser usadas, também foi contribuir com a conspiração.

Como afirma Noam Chomsky (1999):

Os EUA sempre tentaram estabelecer relações estreitas com os militares de países estrangeiros, porque essa é uma das maneiras de derrubar um governo que saiu fora do controle. [...] Mantenha boas relações com os oficiais certos e eles derrubarão o governo para você. [...] O governo Kennedy preparou o caminho para o golpe militar no Brasil em 1964, ajudando a derrubar a democracia brasileira, que se estava tornando independente demais. (CHOMSKY, 1999:14)

Outro assunto importante a ser tratado é o fato de a justificativa anticomunista dos EUA ser contraditória. São diversos motivos, mas dentre eles está o fato de que se o país realmente se importasse com a América Latina e com seu desenvolvimento e a possível ascensão de grupos antidemocráticos, “entenderia” que se grupos de esquerda ganharam força no continente na década de 1960, é possivelmente por atender as necessidades daqueles que aderiram a esse movimento. É claro que o controle autoritário de países que exerciam a doutrina, corroborado pela propaganda sensacionalista anticomunista que era feita na época, inclusive pelos EUA, colaborou para o surgimento de alguns grupos anticomunistas.

“Contudo, o controle autoritário por um Governo da direita não parece mais louvável do que a repressão por parte da esquerda. Se os estrategistas norte-americanos desejam evitar a propagação do comunismo, devem então estabelecer uma política de apoio àquelas iniciativas que venham em benefício das populações marginalizadas do sistema mundial atual e que acreditam nada terem a perder, e talvez até a ganhar, mesmo no caso de um Governo comunista autoritário. (PARKER, 1977:132)

Mas é claro que os estrategistas estadunidenses têm essa noção, entretanto seu interesse não é ajudar as populações marginalizadas, se fosse, já o teriam feito. Os Estados Unidos não tentaram impedir o comunismo por realmente acharem que seria prejudicial à população dos países que o aderissem, mas por temerem que outros países fossem ensinados pelo “bom exemplo” e uma onda comunista derrubasse o sistema capitalista que só beneficia as classes dominantes e as grandes empresas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou realizar uma análise da participação dos Estados Unidos na formulação da conspiração que levou ao golpe de 1964 no Brasil, com o objetivo de entender as relações internacionais entre o país norte-americano e a América Latina durante o período de Guerra Fria. Para isso, diante da abordagem proposta no primeiro capítulo, buscou construir uma crítica ao intervencionismo estadunidense através da análise do histórico de sua política externa e, posteriormente, da análise da Operação Brother Sam e de documentos que a antecederam.

Ao levar em consideração a participação de grupos tanto internos quanto externos na conspiração golpista, este trabalho baseou-se no conceito de capitalismo dependente, de Florestan Fernandes (1980), que considera a existência de dois polos de dominação burguesa: “um interno, representado pelas classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder”; e o outro “externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas.” (FERNANDES, 1980:113).

O desejo estadunidense de intervir na política brasileira e de outros países latino-americanos, de penetrar em suas sociedades para supostamente ajudá-la a reorganizar-se, desenvolver-se, civilizar-se e democratizar-se é, como discutido por David Slater (2014), parte essencial de qualquer projeto imperial. A análise da intervenção estadunidense na política interna de um país independente como o Brasil nos mostrou que a experiência colonial e imperial não morreu com o fim da colonização. A descolonização, como discutido por Marc Ferro (1996), não resultou necessariamente na independência e no fim da exploração e dominação.

Na verdade, as novas formas de dominação imperialistas tratam-se do que Ferro chamou de “imperialismo sem colonização” ou de “imperialismo sem bandeiras”, isto é, de uma colonização por outros meios, sem que haja o estabelecimento de colônias. O segundo capítulo desta monografia mostrou que a política externa dos Estados Unidos, diferentemente dos países europeus, buscou evitar a formalização do seu domínio, garantindo um espaço de projeção de poder e o acesso e controle de determinados mercados (PECEQUILO, 2002:84).

Segundo Edward Said (2011), o colonialismo e o imperialismo são sustentados pela ideia de que certos territórios imploram pela dominação. Nesse sentido, este trabalho também chegou à conclusão de que a intervenção dos Estados Unidos no Brasil e na América Latina

demonstra também o que Luciana Ballestrin (2017) chamou de imperialidade, ou seja, o impulso de expansão e o desejo de intervir da mentalidade imperial. Essa imperialidade cria a colonialidade, que Enrique Dussel (1980) considerou como face oculta da modernidade, na qual um país - neste caso, os Estados Unidos - define a própria cultura, política e sociedade como superior e mais desenvolvida e a outra como descivilizada e imatura. Como também defende Dussel (1980), para esse sistema de dominação, o sofrimento dos povos subalternizados - neste caso, o Brasil - é um sacrifício necessário e o preço da modernização.

Phyllis R. Parker (1977) concluiu ser injusto que os Estados Unidos esperem que outros honrem uma causa que eles defendem como palavras, mas ignoram na ação, ao referir-se à questão democrática, e afirmou que “a posição de liderança desfrutada pelos Estados Unidos fica enfraquecida quando, sendo eles proponentes de franquia e liberdade, sua política solapa os direitos dos homens em outras nações.” (PARKER, 1977:133). Em contraposição, este trabalho tentou demonstrar que, ao longo dos séculos, os Estados Unidos têm realizado diversas políticas que solapam os direitos dos homens em outras nações e mesmo assim continuam desfrutando de sua posição de liderança, por terem construído uma relação de dominação colonial e imperial com os países e povos subalternizados. Essa situação dificilmente é alterada por pequenas ações que infringem o direito internacional, pois elas não ameaçam nenhuma grande potência e ainda garantem os “direitos dos investidores”.

Por fim, com base no que foi defendido por Noam Chomsky (1999), esta monografia entende que os Estados Unidos buscam por estabilidade e o seu compromisso não é com a democracia, mas sim com a empresa capitalista privada. Se os direitos dos investidores forem ameaçados, como ocorreu durante a Guerra Fria, a democracia deve desaparecer, mas se os direitos dos investidores são garantidos, como ocorreu durante a Ditadura Militar Brasileira, “até mesmo assassinos e torturadores são bem-vindos.” (CHOMSKY, 1999-11). Este trabalho considera ainda que as práticas intervencionistas dos Estados Unidos nos países da América Latina demonstram a negação do direito à autonomia e do direito de ser dos povos subalternizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, Javier. “A Questão democrática na América Latina.” In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina, UEL. 2010.
- ARENDDT, Hanna. “Origens do totalitarismo.” São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ATKINS, G. Pope. “Latin America in the International Political System.” Westview Press. 1989.
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o Giro Decolonial.” 2013. In: Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online].n.11, pp. 89-117, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. “Colonialidade e Democracia.” In: Revista Estudos Políticos, v. 5, p. 191-209, 2015.
- BALLESTRIN, Luciana. “Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial.” In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 60, no 2, pp. 505 a 540, 2017.
- BALLESTRIN, Luciana. “Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo.” Jornal GGN. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/pos-democracias-no-sul-global-e-a-melancolica-desdemocratizacao-no-brasil-contemporaneo-por-luciana-ballestrin>. 2017a.
- BANDEIRA, Moniz. “Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História.” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap De. “Security: A New Framework for Analysis.” Lynne Rienner Publishers. Boulder, Colorado. 1998.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “La Poscolonialidad explicada a los niños.” Bogotá: Universidad del Cauca y Instituto Pensar, 2005.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. “História da Política Exterior do Brasil.” Editora UNB. 2ª Edição. 1992.
- CHOMSKY, Noam. “O que o Tio Sam Realmente Quer?” Editora UNB. Brasília. 1999.
- CORRÊA, Marcos Sá. “1964 Visto e Comentado pela Casa Branca.” L&PM. Porto Alegre. 1977.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas2/artigos/elevoltou/comissaomista>

DUSSEL, Enrique. “1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do Mito da Modernidade).” Vozes. Petrópolis. 1993.

DUSSEL, Enrique. “The Invention on the Americas. Continuum.” New York. 1995.

DUSSEL, Enrique. “Europa, Modernidad y Eurocentrismo.” In: LANDER, Edgardo (org). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

FAUSTO, Boris. “História do Brasil. Editora Edusp.” 14ª Edição. São Paulo. 2012.

FICO, Carlos. “O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.” Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2008.

FICO, Carlos. “O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA.” In: Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. 2008a.

FERNANDES, Florestan. “Brasil, em compasso de espera”. Hucitec, São Paulo. 1980.

FERRO, Marc. “História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX.” Cia das Letras, São Paulo. 1996.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “A Escalada: memórias.” José Olympio. Rio de Janeiro. 1965.

GADDIS, John Lewis. “Toward the Post-Cold War.” Foreign Affairs. Vol. 70, No. 2. 1991.

GALEANO, Eduardo. “As Veias Abertas da América Latina”. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1971.

GASPARI, Elio. “A Ditadura Envergonhada.” Companhia das Letras. 4ª reimpressão. São Paulo. 2002.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. “La crisis del Estado y la lucha por la democracia en América Latina: problemas y perspectivas.”. in: Nueva Sociedad, n.104, pp.95-104. 1989.

GROSGUÉL, Ramon. “Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. Revista Crítica de Ciências Sociais, no 80, pp. 115-147. 2008.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. “Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964.” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 67-89. 2009

HARVEY, David. “O Novo Imperialismo.” Edições Loyola. 2ªed. São Paulo.. 2005.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro. “Organizações Internacionais: Histórias e Práticas.” Editora Elsevier. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro. 2004.

- HOBBSAWN, Eric. “A Era dos Impérios - 1875-1914.” Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1988.
- KARNAL, Leandro. et al. “História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI.” Editora Contexto. São Paulo. 2010.
- KISSINGER, Henry. “Diplomacia.” Simon&Schuster.. Nova York. 1994.
- LANDER, Edgardo. “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.” Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005.
- MATEO, Luiza Rodrigues. “Áreas Não Governadas, Fragilidade Estatal e Ameaças Internacionais: O surgimento do nexos Segurança Desenvolvimento.” In: Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3. jul/dez., 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>
- MASCARO, Alysso Leandro. “Estado e Forma Política.” Boitempo. São Paulo. 2013.
- MAY, Ernest R.. “The Presidential Recordings of John F. Kennedy, The Great Crises”, Volume One. 2001.
- MIGNOLO, Walter. “Postoccidentalismo: El Argumento desde América Latina”, in S.Castro-Gómez; E.Mendieta (coords.), Teorías sin Disciplina: Latinoamericanismo, Poscolonialidad y Globalización en Debate. México, Miguel Ángel Porrúa. 1998.
- MIGNOLO, Walter. “Histórias locais/Projetos globais - Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.” Coleção Humanitas. Editora UFMG. 2003.
- MIGNOLO, Walter. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.” In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005.
- MIGNOLO, Walter. “Hermenéutica de la democracia: el pensamiento de los límites y la diferencia colonial.” Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, 2008.
- MIGNOLO, Walter. (2010), “Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad.” Buenos Aires, Del Signo. 2010.
- MIGNOLO, Walter. “Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade.” In: RBCS Vol. 32 n° 94. 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)” São Paulo. 2000.
- MOREL, Edmar. “O Golpe Começou em Washington”. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1965.

- NKRUMAH, KWAME. "Neo-Colonialism, The Last Stage of Imperialism." Thomas Nelson & Sons, London. 1965.
- PARKER, Phyllis R. "1964: o Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março." Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1977.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. "A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?" Editora UFRGS. Porto Alegre. 2003
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y modernidad/racionalidad". in: Perú Indígena, vol. 13, no. 29, Lima. 1992.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina." In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9. 1997.
- QUIJANO, Aníbal. "Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina." In: Estudos Avançados 55. Dossiê América Latina. Editora USP. São Paulo. v.19. n.55. set. p.19-31. 2005.
- RODEGHERO, Carla Simone. "Memórias e Avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964." Porto Alegre. 2002.
- SANTOS, Marcelo. "O Poder Norte-Americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria." Annablume. São Paulo. 2007.
- SAID, Edward. "Cultura e Imperialismo." Companhia de Bolso. São Paulo. 2011.
- SCHLESINGER, Arthur M. "Os Ciclos da História Americana." Civilização Brasileira. 1992.
- SETH, Sanjay "Postcolonial Theory and International Relations." Routledge, New York. 2013.
- SLATER, David. "Intervenciones y la Geopolítica de lo Imperial". In: Geopolítica(s), Revista de Estudios sobre Espaço y Poder, vol. 5, no 1, pp. 35-62. 2014.
- TOLEDO, Caio Navarro. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia." in: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, pp. 13-28. 2004

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CIA, Intelligence Information Cable. *Plans of Revolutionary Plotes in Minas Gerais*. March 30, 1964.

CIA, Intelligence Information Cable. *Departure of Goulart from. Porto Alegre for Montevideo*. April 2, 1964.

Excerpts from John F. Kennedy's conversation regarding Brazil with U.S. Ambassador to Brazil Lincoln Gordon on Monday, October 7, 1963. Transcrito por James G. Hershberg (George Washington University) com assistência de Marc Selverstone.

NSC, Department of State, Telegram. *Personal from ambassor Gordon*. March 28, 1964. Top Secret.

NSC, Department of State, Telegram. *Personal from ambassor Gordon*. March 27, 1964. Top Secret.

NSC, Department of State, Telegram. *Personal from ambassor Gordon*. March 29, 1964. Top Secret.

NSC, Memorandum, *U.S. Short-Term policy Toward Brazil*, Secret, December 11, 1962.

NSC, *Minutes of the National Security Council Executive Committee Meeting, Meeting No. 35*, Secret, December 11, 1962.

NSC, Memorandum. "*Proposed Contingency Plan for Brazil*." December 11, 1963.

NSC, *Internal Defense Plan for Brazil*. March 20, 1964. Secret.

NSC, *Ambassador Lincoln Gordon to Secretary of State Dean Rusk*, 21 August 1963, John F. Kennedy Library.

NSC, *Ambassador Lincoln Gordon to Secretary of State Dean Rusk*, 21 August 1963, No. 373, Brazil: August 1963, John F. Kennedy Library.

The White House, *Memorandum for Mr. Bundy*. Washington. April 1, 1964.

U.S. Embassy, Rio de Janeiro, Airgram A-710, "*Minutes of Conversation between Brazilian President Joao Goulart and Attorney General Robert F. Kennedy, Brasilia, 17 December 1962*," December 19, 1962.

USA, Department of State. *Telegrama de Dean Rusk para o Embaixador Lincoln Gordon*, de 31 de março de 1964.

USA, Department of State. *Telegrama de Rusk para Gordon*, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943, Secreto.

UNITED STATES SENATE. "*Committee on Foreign Relations, Nomination of Lincoln Gordon to be Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs*", 89th Congress, 2nd Session, Washington: GPO, February 7, 1966: 44.

ANEXOS

Anexo I: Política de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil

UNCLASSIFIED ~~SECRET~~

*Exp. with
Excom meeting #14
By 2 decheyne 12/18/62*

MEMORANDUM FOR THE NATIONAL SECURITY COUNCIL EXECUTIVE
COMMITTEE. MEETING OF DECEMBER 11, 1962. 10:00 A.M.

SEE SANITIZED
VERSION
NLK-82-103
NLK-92-162

U. S. SHORT TERM POLICY TOWARD BRAZIL

Recommendation

It is recommended that

1. Within the next two weeks, i.e., before Christmas 1962, there be a discussion with President Goulart in general terms, which would reflect the views of President Kennedy and which would emphasize (a) U.S. concern over political and economic developments in Brazil; (b) U.S. desire to collaborate with Brazil in both political and economic fields; and (c) U.S. conviction that such collaboration will be impaired as long as certain difficulties persist. A proposed speaking paper to initiate such a discussion is contained in the draft at Tab A (it is left open whether the discussion on behalf of the President should be by a representative sent specially for that purpose or by the U.S. Ambassador speaking for and on instruction from the President).

2. Thereafter there be conducted with President Goulart a continuing personal dialogue on behalf of President Kennedy (in which Presidential letters could be used as well as personal representations by the Ambassador) on selected specific issues of major importance. It is probable that the major immediate issues will concern Brazilian internal decisions in the economic field (economic stabilization and climate for private foreign investment). However, these will also have substantial political significance and internal political repercussions.

3. If President Goulart's initial reaction to these discussions should be favorable and he should begin to change accordingly the orientation of his government, the U.S. should avoid ostentatious favoritism toward those elements in Brazil friendly to us but hostile to President Goulart.

4. Actions which the U.S. should initiate in the OAS with respect to Cuba for the purpose of protecting national and hemispheric interests should not be avoided for fear of adverse Brazilian reaction. At the same time, otherwise unsound actions should not be initiated merely for the purpose of isolating Brazil.

5. The question of the date of a Presidential visit to Brazil should be deferred for the time being.

6. Any further large-scale assistance to Brazil in connection with an economic stabilization program should be considered only after Brazil had taken certain significant positive steps, both economic and political, and should be phased in accordance with Brazilian performance under such a program. Specific

DEPT OF STATE APPEALS REVIEW PANEL (ARP)

| | |
|---|------------------------|
| FOIA/PA | Mandatory |
| (<input checked="" type="checkbox"/>) Release | () Declassify |
| () Exempt | () Declassify in Part |
| () Deny | () Class. Ret/Renew |

~~SECRET~~
UNCLASSIFIED

Exemptions _____ Date 02/15/01
ARP Action Cert. me

precondition should include satisfactory settlement of the IT&T Case, a clear Brazilian Administration position on remedying the defects in the present profits remittance law, and a public posture of collaboration in the Alliance for Progress, in addition to the necessary measures for economic stabilization.

Reasons

1. The existing alternatives for the United States are:
 - A. To do nothing and allow the present drift to continue.
 - B. To collaborate with Brazilian elements hostile to Goulart with a view to bringing about his overthrow.
 - C. To seek to change the political and economic orientation of Goulart and his government.
2. Alternative A is rejected because the Brazilian internal and external financial crisis, with exhaustion of foreign exchange reserves, will require a United States reaction, either positive or negative, to the new Brazilian economic stabilization program to be presented in January. The present situation, in short, is unstable, and will have to turn soon either for the better or for the even worse. (See Tab B for description of present political and economic situation.)
3. Alternative B is rejected at this time because there is not sufficient evidence of either (a) effective military or civilian opposition leadership in Brazil in a position to act promptly; (b) an organized opposition movement with a present capacity and will to overthrow the Goulart government; (c) a near-future U.S. capability to stimulate such an operation successfully. The needs and possibilities of shifting to alternative B, however, must be kept under active and continuous consideration.
4. Alternative C is selected as the only feasible present approach and as one having a reasonable chance of success. It should in any case be tried before deciding to shift to Alternative B.
5. The following considerations indicate that representations should be made to President Goulart within the very near future:
 - (a) The Brazilian critical foreign exchange problem is imminent and the Dantas mission to the United States to seek large-scale economic assistance is expected in mid-January.
 - (b) President Goulart will be making decisions on new government appointments in anticipation of the restoration of the presidential system following the January 6 plebiscite.

(c) U.S. prestige and credibility are high and Soviet reliability correspondingly low as a result of the Cuban crisis. (This, however, may be a diminishing asset with the passage of time.)

6. Confrontation of President Goulart on internal and external policies may produce a change of trend, but is unlikely to bring a total one-shot conversion. It will be necessary to maintain pressure and continually to join issue with him on specific topics. Having in mind our evaluation of President Goulart and our past experience with him this can best be accomplished by:

- A. Creation of a personal relationship between President Kennedy and President Goulart with repeated personal approaches to President Goulart on behalf of President Kennedy.
- B. Simple ad hoc approaches related to specific issues and situations.
- C. Seeking to influence key Goulart advisers receptive to our views.
- D. Continuing to encourage Brazilian moderate democratic elements in Congress, the Armed Forces and elsewhere who advocate domestic and foreign policies which we can support.
- E. Adjusting U.S. assistance and cooperation to Brazilian performance.
- F. Making any financial assistance required to meet immediate foreign exchange shortages available on a short-term basis on conditions implying no long-term commitment.
- G. Pressing President Goulart to take public positions on issues which are critical for U.S.-Brazilian cooperation.
- H. Large tolerance of Brazilian differences with us on non-essential matters.

7. With the passing of the Cuban crisis, Cuba is not a major issue in Brazil. Actions with respect to Cuba in OAS should not be contrived merely to challenge Brazil. But essential hemispheric decisions on Cuba can be utilized to apply pressure and force choices.

Discussion

In January or soon thereafter representatives of President Goulart, led by the new Finance Minister San Tiago Dantas, will be coming to this country to explore with us a large-scale, long-term program for bringing under control their deteriorating financial situation. They will be asking us for substantial financial assistance and for support in obtaining help from other governments and international agencies. However, it is undesirable to address ourselves seriously to this important problem without some clearing of the air

SECRET

SECRET

4.

with the Brazilian government on recent adverse political developments in Brazil. Also we need to present our views on the political front immediately so that we can bring our influence to bear on important near-future political decisions (e.g., appointments to the new cabinet). A political confrontation and developments flowing from it could help clear the air sufficiently so that we will know in which direction to move not only in the matter of broad financial assistance but also in various other dealings with the Brazilian Government. Such a political confrontation now would be especially timely in view of the foregoing factors.

Unconditional support to the Goulart administration without a political confrontation might be justified now only if we wanted to gain time against a strong expectation that events within the country would bring about either the early overthrow of President Goulart or a near-future change in his policies. We might then continue unqualified support to maintain a favorable image of the U.S. in Brazil and to deny ammunition for diversionary tactics by President Goulart and his supporters. However, such unconditional support cannot be justified because (a) there is not sufficient expectation that either of the alternatives will come to pass without some positive action on our part; (b) our unconditional support could in fact encourage President Goulart and extremists around him to continue their present course and we would thus contribute to a further deterioration of the political and economic situation.

There are limited possibilities of confronting President Goulart on the international front. Unless Brazil should make a clear break with the rest of the countries of this hemisphere, an effective confrontation will be difficult. While the Brazilian position was ambiguous and deliberately confused during the recent Cuba experience, they did vote along with the other American Republics. It is possible that Brazil might be forced to shift its policy to avoid putting itself in isolation in the hemisphere. In this regard, however, we can only continue our firm policy in the OAS and confront or isolate Brazil only as Brazil makes such action necessary. We should not, however, overlook opportunities to deny prestige to Brazil's "neutralist, peace-making" role insofar as it encourages resistance to U.S. policy objectives in this hemisphere.

One should not expect that a major political confrontation with President Goulart will bring about his sudden and complete conversion. He will still maintain at least some of his alliances with leftist elements. He will still be limited by his own ineffectiveness and excessive preoccupation with political power maneuvers. A major political confrontation could, however, influence President Goulart toward a more moderate and more constructive political course, including much heavier reliance on center forces in the country willing to collaborate with him if he acts responsibly, in which more harmonious U.S.-Brazil relations could be maintained.

If there is such a political confrontation, it is unlikely that President Goulart will react violently against the representations or against the U.S. unless our posture is too drastic. It will be necessary to avoid any suggestion that President Goulart is incompetent or ineffective. It may be necessary in the discussion to acknowledge some of the leftist

developments of the past eight months as part of an understandable past political strategy even while we object thereto in terms of their adverse impact on U.S.-Brazil relations. It may be necessary to stress the importance of key government personnel more fully representative of Brazilian political thinking as a basis for effective Brazil-U.S. relations, rather than directly criticizing the quality and character of recent cabinets. In short, the confrontation must be phrased so as to avoid any avoidable offense to President Goulart.

The confrontation must also offer positive inducements. Not only might there be a citation of the unhappy experience of other nations which have trusted the communist nations too much, but there should be positive expressions about President Kennedy's great hopes for the future of Latin America; about the need for hemispheric solidarity in improving, and accelerating advances under, the Alliance for Progress; and about the special leadership role of Brazil as the southern giant. It would be useful, too, to cite the precedent of President Goulart's early political patron, Getulio Vargas, who in the early '40s made the wise decision of putting Brazil unequivocally on the side of the Allies and who developed a special relationship with President Roosevelt in so doing. Additionally it would be desirable to hold forth the promise of serious consideration to their request for help on their larger financial program, based on a serious effort to promote development within a framework of financial stabilization. All of this would be phrased as contingent upon the expectation that obstructions to effective Brazil-U.S. relations would be removed.

From past experience it is probable that President Goulart will appear reasonably responsive in any confrontation along the lines suggested above. However, experience has also demonstrated that President Goulart can be glib on general assurances and weak on specific performance. It would therefore be desirable for the U.S. Ambassador to follow up and discuss one at a time in subsequent conversations with President Goulart all of the important items covered in the general confrontation. One meeting, for example, might be on the subject of positive steps being taken by the U.S. to move ahead on the Alliance for Progress and the matching steps which should be taken by the Brazilian Government to give positive constructive support to the Alliance as a joint Latin American-U.S. venture. Another meeting might be devoted to the climate for private investment and obstructions thereto. There will be many other specific issues for similar follow-up.

The foregoing course of action could discourage, but is not designed specifically to cope with, the possibility that President Goulart may have decided, or may decide, to move toward a left-wing dictatorship or toward other undemocratic developments, with the support of his extreme leftist allies. This might involve suspending the Congress or intervention in the government of various states. If there should be future developments in this direction, the United States should be ready to shift rapidly and effectively to Alternative B--collaboration with friendly democratic elements, including the great majority of the military officer corps, to unseat President Goulart.

Anexo II: Reunião do Comitê Executivo da NSC para aprovar a “Política de Curto Prazo para o Brasil”

~~SECRET~~

F730011-0019

DECLASSIFICATION DATE 6/10/77
PER McGeorge Bundy OFFICE EW
FADRC FOI CASE NO. 620287 Bernbaum

FOLIO 2

Handwritten notes: Handwritten initials, Handwritten initials, Handwritten initials, (21)

UNCLASSIFIED

NSC Executive Committee Meeting, December 11, 1962, 10:00 AM
Meeting No. 35

1. A State Department paper, "U.S. Short Term Policy Toward Brazil," was discussed.
2. The President accepted the recommendation that our best course of action is to seek to change the political and economic orientation of Brazilian President Goulart and his Government.
3. A special representative of the President will go to Brazil this month to talk to Goulart.

APPROVED

✓ Handwritten signature 1-16-88 Handwritten signature
McGeorge Bundy

UNCLASSIFIED

ANEXO III: Trecho da conversa do Embaixador Gordon com o presidente Kennedy sobre o Brasil

JFK:

We did that in Ecuador. What about the—do you see a situation coming where we might be—find it desirable to intervene militarily ourselves?

GORDON:

Well, this is the other category, which I call "Dangerous Contingency Possibly Requiring Rapid Action." This is a very tough one. The only kind of thing there—we're working on a paper which we ought to have by now but haven't, but we're working actively both here in Washington and in Rio and to some extent in Panama, with [U.S. Southern Command; SOUTHCOM] General [Andrew P.] O'Meara and his people. The kind of thing which in my mind may arise is a sharp swing of Goulart to the left, a decision that in desperation he really isn't going to get anywhere. Of course his old friends, many of them, including his brother-in-law [Brizola] and others, are advising him to do this, forget all these concessions to the center and the right, forget the United States, what we need is a strong independent left-wing line. We're going to solve our foreign exchange problem by canceling all the debts unilaterally, we'll expropriate American enterprises and get quite a lot of help that way, we'll get oil from the Soviet Union so we won't have to worry about fuel supply—[unclear; "I don't know"?] what they do about wheat at the moment, but they'd probably do without wheat if they could, if they had to, they can eat corn, [of] which they have a surplus—and really institute, or try to institute, a revolutionary regime, a Fidelista-type of a regime if you will.

This, I think, if he were to try it today, he would *probably* be thrown out rapidly, but he might not. This is the contingency nature of the thing. [Tape 114/A50, reel 3] We can't be sure enough of our knowledge of the relative weight of the various elements, in this military division, particularly, or of the power of the left-wing labor unions to create trouble by general strikes or sabotage for example of petroleum refineries. They are strong, and very strong, in petroleum, railroads, marine—both ports and the merchant marine—and communications--telegraph, telephone communications—this is a pretty dangerous collection of things from the point of view at least of paralyzing the ordinary operation of the country. In an event of this kind, it is possible, I don't think it should be ruled out, that you might actually get an effort to throw him out and possibly a real division in the military and some kind of an internal clash, the beginnings of what would amount to a civil war. This was feared, seriously feared, in August 1961, that's why the Congress finally came to this compromise. At that time the First Army in Rio was against letting Goulart in, the Third Army in the south of the country was in favor of letting him in, the Second Army hadn't really decided. They really were afraid of a violent dispute. We want to think more about this kind of thing. I must confess that such preliminary looking as we've done suggests that military intervention of an overt type, is not too likely to arise, at least military intervention on any scale. We had a preliminary look, Bob [McNamara], at the question General O'Meara asked at one time: Suppose the country

ANEXO IV: Telegrama do Embaixador Gordon

~~TOP SECRET~~

Brazil 1730
63a

29 March 1964

Personal from Ambassador Gordon. Please pass immediately to Secretary of State Rusk, Assistant Secretary Mann, Ralph Burton, Secretary Defense McNamara, Assistant Secretary Defense McNaughton, General Maxwell Taylor, CIA Director John McCone, Colonel J. C. King, Desmond Fitzgerald, White House for Bundy and Dungan, pass to Canal Zone for General O Meara. Other distribution only by approval above named.

1. Since my message on Friday, effects of Navy crisis have substantially worsened the overall situation and possibly shortened the time factors. The replacement of Navy Minister Silvio Mota by a super-annuated left-wing Admiral, Paulo Mario Cunha Rodrigues, reliably reported to have been proposed by Communist leaders and the CGT, the retention of Aragao as Marine Commandant, and the total amnesty for the rebellious sailors and Marines, are all body blows to the morale of the officer corps of all three services and are apparently frightening many congressmen. (We expect more light on latter point from Brasilia Monday). The worst feature of the episode is that the tactical moves by the palace Friday afternoon were directed hour by hour by a close-knit group composed mainly of Communists. Left-wing group now talking openly about new advances beginning with "cleaning out the Army". Resistance forces, both military and civilian, seeking recover from unexpected setback and consulting feverishly on future courses of action.

2. Re para 2 of reference, will transmit bill of goods as soon as available. I have had no direct contact with military plotters. My definite judgement is that ARMA must continue intelligence contacts for which he uniquely qualified, but that any operational contacts will become responsibility of [redacted]

3.3 (b)(1)

3. Re para 3 of Saturday's message purpose of unidentified arms made available soonest and if possible pre-positioned prior any outbreak of violence could be manifold, depending on unforeseeable development of events. Could be used by Para-military units working with Democratic Military groups, or by friendly military against hostile military if necessary. Immediate effect, which we stress, would be bolster will to resist and facilitate initial success. Given Brazilian predilection joining victorious causes, initial success could be key to side on which many indecisive forces would land and therefore key to prompt victory with minimal violence. Risk of later attribution to us Government covert operation seems minor to us in relation positive effects if operation conducted with skill, bearing in mind that many things we don't do are being regularly so attributed.

SANITIZED
E.O. 13292, Sec. 3.5
NLJ 03-286
By uo NARA, Date 2-24-04

~~TOP SECRET~~

COPY LBJ LIBRARY

~~TOP SECRET~~

-2-

4. Re paragraph 4 of Saturday's message, my purpose in paragraphs 14 and 18 of Friday's message was to make clear that in civil war type situation our ability show force promptly in response appeal from from politically recognized democratic side might be crucial determining factor in early victory that side. I well understand how grave a decision is implied in this contingency commitment to overt military intervention here. But we must also weigh seriously the possible alternative, which I am not predicting but can envisage as real danger of defeat of democratic resistance and communization of Brasil. We did not intend naval operation to be covert, and overt maneuvers in South Atlantic could be healthy influence.

3.3
(b)(1)

5. Re para 5 of Saturday's message recent Arma reports cover much of this ground. We will continue studying and reporting regularly on these questions, especially possibility and consequences initiative of group of governors without prior Congressional coverage.

6. Re para 6 of Saturday's message, I see no present point in foot-dragging on debt negotiations or hold action on AID loans, unless preceded by some clear indication of United States government concern with basic problem of Brazilian political regime. No one expects action on debts until a month hence anyway. In case of AID projects of direct interest to clearly democratic elements, such as Cemate, we believe approvals and announcements should continue. We shall evaluate each case as it arises in light of political effects at the time. If we later reach point of wanting to suspend aid publicly, which would be especially dramatic if wheat included, more appropriate time would be in response more obvious political developments than have yet occurred and which would probably include direct attacks on our economic interests. On this subject I await eagerly your April 1 advice on coffee penalties.

7. What is needed now is a sufficiently clear indication of United States government concern to reassure the large numbers of democrats in Brazil that we are not indifferent to the danger of a Communist revolution here, but couched in terms that cannot be openly rejected by Goulart as undue intervention. I am cancelling my trip programmed to Alagoas and Bahia Monday through Wednesday, sending Kubish to represent me, and this cancellation will convey some measure of concern. Our discreet,

~~TOP SECRET~~

COPY LBJ LIBRARY

~~TOP SECRET~~

-3-

informal contacts with friendly Brazilians also help. Nothing that we here can do, however, will be nearly as influential as a high-level Washington statement. Press reports at home on the navy crisis surely could serve as a peg for such statement.

8. I therefore reiterate recommendation in para 17 of Friday's message. In light developments described para 1 this message, earliest possible action would achieve optimum results.

~~TOP SECRET~~

COPY LBJ LIBRARY

ANEXO V: Planos de Conspiradores revolucionários em Minas Gerais

Approved For Release 1999/10/19 : NLJ-001-009-4-2-8

D 13
Handwritten signature
S

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

PRIORITY

Intelligence Information Cable

13

SANTIZED

25X1A

COUNTRY BRAZIL

Authority NLS 001-009-4-2

1.3(a)(4)

DATE OF INFO. 30 MARCH 1964

By is NARA, Date 6-29-01

DISTR. 31 MARCH 1964

SUBJECT

PLANS OF REVOLUTIONARY PLOTTERS IN MINAS GERAIS

PLACE & DATE ACQ. 25X1A

(30 MARCH 1964)

REF

IN 50182

SOURCE

FIELD REPORT NO.

25X1A

AND

APPRAISAL: A COMPETENT [REDACTED] OBSERVER [REDACTED]

1.3(a)(4)

1. ON 30 MARCH 1964 [REDACTED]

1.3(a)(4)

MADE THE FOLLOWING SIGNIFICANT STATEMENTS IN BELO HORIZONTE:

A. A REVOLUTION BY ANTI-GOULART FORCES WILL DEFINITELY GET UNDER WAY THIS WEEK, PROBABLY WITHIN THE NEXT FEW DAYS. LAST MINUTE NEGOTIATIONS ARE NOW UNDER WAY INVOLVING THE STATES UNDER CONTROL OF DEMOCRATIC GOVERNORS. SAO PAULO AND MINAS GERAIS HAVE DEFINITELY REACHED ACCORD. [REDACTED]

25X1X

1.3(a)(4)

SAO PAULO WOULD FOLLOW MINAS GERAIS IF THE

This material contains information affecting the National Defense of the United States within the meaning of the Espionage Laws, Title 18, U.S.C. Secs. 793 and 794, the transmission or revelation of which in any manner to an unauthorized person is prohibited by law.

STATE/INR DIA ARMY/ACSI NAVY AIR JCS SECDEF NSA NIC AID USIA OCI ONE OCR ORR OO EXO
FBI

IMMEDIATE TO: DIRNSA (PROD WO)
STATE (RCI) (FOR HUGHES)

AFSSO
DIA/CIIC

WHITE HOUSE SIT RO

Approved For Release 1999/10/19 : NLJ-001-009-4-2-8

CNO (OF 922 Y 1)

DFI/ACSI

COPY LBJ LIBRARY

(When Filled In)

REVOLUTION STARTS IN MINAS GERAIS.

1.3(a)(4)

B. AFTER THE REVOLUTION IS STARTED, TROOPS FROM SAO PAULO AND MINAS-GERAIS WILL MARCH TOWARD RIO DE JANEIRO TO UNITE WITH TROOPS SUPPORTING THEM THERE. NO PROBLEMS ARE ANTICIPATED IN MINAS GERAIS. A FEW ELEMENTS IN THE MILITARY WHO ARE SUSPECT WILL BE DETAINED. COL. AFRANIO AGUIAR, COMMANDER OF THE AIR FORCE BASE IN BELO HORIZONTE, HAS TENDENCY TO FAVOR GOULART. AIR FORCE BASE IN BELO HORIZONTE HAS LITTLE TO OFFER IN WAY OF RESISTANCE AND WILL BE TAKEN BY REVOLUTIONARIES WITHOUT BLOODSHED.

C. PROBLEMS ARE ANTICIPATED IN SAO PAULO HOWEVER AND CERTAIN MILITARY ESTABLISHMENTS WILL HAVE TO BE ATTACKED QUICKLY AS THEY ARE KNOWN TO BE LOYAL TO PRESIDENT GOULART.

D. [REDACTED]

1.3(a)(4)

E. REVOLUTION WILL NOT BE RESOLVED QUICKLY AND WILL BE BLOODY. FIGHTING IN NORTH MIGHT CONTINUE FOR A LONG PERIOD. THE POSITION OF THE NAVY IS UNCERTAIN AND COULD ADD TO THE DIFFICULTIES OF THE ANTI-GOULART FORCES. THE AIR FORCE IS SO DIVIDED THAT IT WILL NOT BE A PROBLEM IN THE EARLY STAGES. EVENTUALLY, IT SHOULD COME TO THE AID OF THE ANTI-GOULART FORCES.

1.3(a)(4)

| | | |
|---|--|-----------|
| CLASSIFICATION -- DISSEMINATION CONTROLS | | IN 50182 |
| (When Filled In) | | PAGE 3 |
| 2. [REDACTED] DISSEM STATE ARMY AIR NAVY FBI CINCSO CINCLANT. | | 1.3(a)(4) |

END OF MESSAGE

| | | |
|------------|--|-----------|
| [REDACTED] | CLASSIFICATION -- DISSEMINATION CONTROLS | 1.3(a)(4) |
|------------|--|-----------|

FORM 2096
5-63

MFG. 6-63 (15-20-44-47)

CONTINUATION OF TDCS INFORMATION REPORT

COPY LBJ LIBRARY

ANEXO VI: Telegrama solicitando deslocamento de Força-Tarefa de Porta Aviões

Ultra-secreto

Assunto: Deslocamento Força-Tarefa de Porta-Aviões.
Refs.: Plano de Emergência da USCINCSO

1. Enviar CVA e Força-Tarefa de apoio logo que possível. Destino inicial: área oceânica nas vizinhanças de Santos, Brasil. A finalidade da Força-Tarefa de Porta-Aviões é manter presença norte-americana nesta área quando ordenado, e estar preparada para cumprir missões que venham a ser ordenadas. Seguem instruções adicionais.
2. Enviar as forças de reabastecimento que forem necessárias.
3. Até segunda ordem, manter em sigilo o destino deste deslocamento. As informações relativas a esses deslocamento serão distribuídas posteriormente.
4. Solicita-se relatório de situação sobre o progresso da missão. GP-3.

31 de março de 1964 — 13h50m

John L. Chew
Contra-Almirante, USN
Vice-diretor de Operações

Preparado por: Capitão H. B. Stark, USN

Distribuição Regular JCS e mais:

Casa Branca
Depto. de Estado
OSD (ISA)
OSD (PA)
CIA

Chefes do Estado-Maior Conjunto

Prioridade

Para: USCINCSO
CINCLANT
CINCSTRIKE

Distribuição Limitada
Exclusivo JCS

W H MFG. 11-63
15379
File # 9
S 48

OUTGOING TELEGRAM Department of State

INDICATE: COLLECT
 CHARGE TO

~~SECRET~~

Origin ACTION: AMEMBASSY RIO DE JANEIRO

FLASH 1301

Mar 31 2 29 PM '64

Info: NO DISTRIBUTION

~~XXXXXXXXXX~~ FOR AMBASSADOR GORDON

DECLASSIFIED
E.O. 13292, Sec. 3.5
NLJ 03-286
By lls NARA, Date 2-24-04

For your personal information only, the following decisions have been taken in order to be in a position to render assistance at appropriate time to anti-Goulart forces if it is decided this should be done.

1. Dispatch of US Navy tankers bearing POL from Aruba, first tanker expected off Santos between April 8 and 13; following three tankers at one day intervals.
2. Immediate dispatch of naval task force for overt exercises off Brazil. Force to consist of aircraft carrier (expected arrive in area by April 10), four destroyers, two destroyer escorts, task force tankers (all expected arrive about four days later).
3. Assemble shipment of about 110 tons ammunition, other light equipment including tear gas for mob control for air lift to Sao Paulo (Campinas). Lift would be made within 24 to 36 hours upon issuance final orders and would involve 10 cargo planes,

Drafted by:

ARA:RWAdams:ars 3/31/64

Telegraphic transmission and

classification approved by:

George W. Ball

Clearances:

S/S - Mr. Read

~~SECRET~~

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

COPY LBJ LIBRARY

~~SECRET~~

6 tankers, and 6 fighters

Unloading of POL by US Navy tankers (item 1) and dispatch of airlift (item 3) would require further development politico-military situation to point where some group having reasonable claim to legitimacy could formally request recognition and aid from us and if possible from other American Republics. Dispatch of tankers from Aruba and of naval task force does not immediately involve us in Brazilian situation and is regarded by us^{as} normal naval exercises.

END

RUSK

~~SECRET~~

COPY LBJ LIBRARY

ANEXO VIII: Encontro na Casa Branca para tratar sobre o Brasil

Brazil
✓ 158

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

~~SECRET~~

April 1, 1964

MEMORANDUM FOR MR. BUNDY
SUBJECT: Brazil

We are still waiting for a transcript of the 3:30 telecon. Bob Adams, who heard the telecon, gave me the following information:

1. Ambassador Gordon said that it is "95% over." Branco has taken over Rio. He has told us that he doesn't need our help.
2. There are conflicting reports about Goulart's whereabouts. Some say that he is holed up in Brasilia trying to work out a compromise solution; this is not very likely to come to anything because, so far, both sides are too far committed. Others report that he has resigned and is in Brasilia. Still others say that he has resigned and has fled the country.

3.

3.4
(b)(6)

4. We have reasonably firm reports that Mazilli, in the absence of the President, has announced that he is ready to step in as the temporary leader. This would be for a period of 30 days, while the Congress elects another "pro tem." This will probably be Ducha, who would run the country until the elections in 1965.

5. Bob says there will be another report from Ambassador Gordon at 8 P. M.

GC
Gordon Chase

SANITIZED
E.O. 13292, Sec. 3.5
NLJ 03-94
By *iw*, NARA, Date 11-6-03

~~SECRET~~

ANEXO IX: Partida de Goulart de Porto Alegre para Montevideú

23 MFG 11-63

NO FOREIGN DISSEM

~~SECRET~~

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

• PRIORITY

Intelligence Information Cable

COUNTRY BRAZIL

DATE OF INFO. 1 AND 2 APRIL 1964

DISTR. 2 APRIL 1964

SUBJECT

DEPARTURE OF GOULART FROM PORTO ALEGRE FOR MONTEVIDEO

PLACE & DATE ACQ.

REF IN 52823

SOURCE AND APPRAISAL:

FIELD REPORT NO.

APPRAISAL: 3

1. JOAO GOULART, DEPOSED PRESIDENT OF BRAZIL, LEFT PORTO ALEGRE ABOUT 1 P.M. LOCAL TIME FOR MONTEVIDEO. COMMENT: NO DETAILS WERE AVAILABLE REGARDING HIS TRAVELLING COMPANIONS.)

2. COMMENT: THE NATIONAL COUNCIL OF GOVERNMENT ON 1 APRIL APPROVED A RESOLUTION TO RECEIVE GOULART AS PRESIDENT UNLESS HE HAD RESIGNED BEFORE LEAVING BRAZIL.

3. FIELD DISSEM: STATE CINCSO CINCLANT.

SANITIZED

END OF MESSAGE

E.O. 13292, Sec. 3.5

NLJ 09-12

By isr, NARA, Date 11-18-10

E.O. 13526

3.3(b)(1); 3.5(c)

This material contains information affecting the National Defense of the United States within the meaning of the Espionage Laws, Title 18, U.S.C. Secs. 793 and 794, the transmission or revelation of which in any manner to an unauthorized person is prohibited by law.

~~SECRET~~

STATE/INR DIA ARMY/ACSI NAVY AIR JCS SECDEF NSA NIC AID USIA OCI ONE OCR ORR ~~DDI~~ FBI

GROUP 1 Excluded from automatic downgrading and declassification

EXO

IMMEDIATE TO: STATE (ATTN: SEC OF STATE & MR. HUGHES) WHITE HOUSE SIT ROOM
DIRNSA (PROD WO) DIA/CIIC AFSSO NIC
CNO (OP 922 Y 1) DFI/ACSI JCS

Copy LBJ Library